

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**LUCIANO RIGATTO VARGAS**

**GESTÃO DO ATIVO IMOBILIZADO: UMA SUGESTÃO DE CONTROLE DO  
PATRIMÔNIO EM UMA REDE SUPERMERCADISTA DA REGIÃO SUL  
CATARINENSE**

**CRICIÚMA**

**2012**

**LUCIANO RIGATTO VARGAS**

**GESTÃO DO ATIVO IMOBILIZADO: UMA SUGESTÃO DE CONTROLE DO  
PATRIMÔNIO EM UMA REDE SUPERMERCADISTA DA REGIÃO SUL  
CATARINENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Rafael Antunes

**CRICIÚMA**

**2012**

**LUCIANO RIGATTO VARGAS**

**GESTÃO DO ATIVO IMOBILIZADO: UMA SUGESTÃO DE CONTROLE DO  
PATRIMÔNIO EM UMA REDE SUPERMERCADISTA DA REGIÃO SUL  
CATARINENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Gerencial.

Criciúma, 12 de Julho de 2012.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Rafael Antunes – Esp. – UNESC – Orientador

---

Prof. Fabrício Miguel – Esp.– UNESC

---

Prof. Leonel Pereira – Esp. – UNESC

**Aqui eu dedico este trabalho com grande respeito e carinho, primeiramente a Ele, nosso Deus, porque sem Ele nada somos e depois a minha família que eu amo tanto e a todos que confiaram em mim, nessa nova etapa de minha vida.**

## **AGRADECIMENTOS**

Chegou o fim de mais uma fase de minha vida, um caminho percorrido que está longe de acabar, mas que essa etapa passou e agradeço do fundo do meu coração a todas as pessoas que acreditaram em mim.

Agradeço a Deus que nos criou a sua imagem e semelhança e que sem Ele não somos nada. A meus pais que me conduziram nos primeiros passos de minha vida, as minhas irmãs, tios, primos, minha sogra, a minha esposa e meu filho, quero dizer que amo todos vocês.

Ao meu orientador, eu agradeço pela dedicação no desempenho de fazer tudo da melhor forma possível, com o seu conhecimento na busca de aprimorar o meu trabalho, se comprometendo com sua função de orientador.

Agradeço também aos professores do curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, que durante os semestres se dedicaram inteiramente para o curso na formação de grandes profissionais.

Agradeço também aos meus colegas de sala de aula, que foram parceiros ajudando a todos, onde criei grandes amigos, um em especial o Marcelo, que trabalhamos juntos durante os semestres na dedicação do conhecimento e aprendizado. Muito obrigado!

**“Só disciplina, só empenho, só vontade de lutar não bastam. Se você não tiver amor pelo que você está fazendo, se você não conseguir fazer com diversão, com reverência, com alegria, normalmente as coisas não dão certo.”**

**Kristie Hanbury**

## RESUMO

VARGAS, Luciano Rigatto. **Gestão do ativo imobilizado**: uma sugestão de controle do patrimônio em uma rede supermercadista da região sul catarinense. 2012. 82 f. Orientador: Rafael Antunes. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma.

A gestão patrimonial no controle do imobilizado apresenta a elaboração de um sistema focado em resultados positivos, dando segurança para a organização. O controle patrimonial traz informações, realizando melhorias para o fortalecimento da instituição. O problema em questão está nos procedimentos para gerenciar o ativo imobilizado da empresa. O presente estudo tem por objetivo demonstrar os procedimentos necessários para gerenciar o ativo imobilizado em uma rede supermercadista. A pesquisa em pauta caracteriza-se como descritiva com abordagem qualitativa sobre o problema, apresentando procedimentos por meio de um estudo de caso em uma rede supermercadista localizado na cidade Criciúma. A contabilidade é de fundamental importância para a vivência de uma empresa, desenvolvendo um sistema de controle com informações de qualidade. Na mensuração dos bens, buscam-se valores na empresa, na qual, as análises nas informações aos custos, depreciações, gastos ou perdas serão definidos se vão investir ou não na troca ou reparo do bem. Definem-se as etapas no planejamento, direcionando metas e estabelecendo os controles que mostram para a gestão. A presença de um controle patrimonial na entidade tem um forte domínio sobre seus bens, registrando seu patrimônio, evitando prejudicar o desempenho das atividades, prevenindo que ocorram quebras, roubos e perdas. Na apresentação dos resultados buscou-se aproximar os dados contábeis, destacando o controle do ativo imobilizado de maneira gerencial. A utilização das informações geradas pela gestão do patrimônio mostra a situação econômico-financeira, auxiliando na tomada de decisão da entidade.

**Palavras-chave:** Ativo Imobilizado. Controle do Patrimônio. Procedimento Contábil. Gestão Patrimonial. Sugestão do Controle Patrimonial.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Conceito da Contabilidade .....	18
Quadro 1 – Relação de Bens e Direitos do Ativo .....	18
Figura 2 – Foto Estática do Balanço Patrimonial.....	19
Quadro 2 – Parte do Balanço Patrimonial .....	21
Figura 3 – Características Qualitativas das Demonstrações em IFRS.....	24
Quadro 3 – Classificação dos Ativos Antes e Agora com a Nova Lei .....	25
Quadro 4 – Classificação dos Passivos Antes e Agora com a Nova Lei.....	25
Figura 4 – Modelo de Placas de Patrimônio.....	32
Quadro 5 – Determinando Valor Depreciável.....	34
Quadro 6 – Lançamento da Depreciação.....	34
Quadro 7 – Apresentação do Lançamento da Depreciação.....	34
Quadro 8 – Cálculo da Taxa de Depreciação.....	36
Quadro 9 – Taxa de Depreciação .....	37
Figura 5 – Taxa Anual de Depreciação .....	38
Quadro 10 – Exemplo 01 - Cálculo da Depreciação pelo Método Linear.....	39
Quadro 11 – Exemplo 02 - Cálculo da Depreciação pelo Método Linear.....	40
Quadro 12 – Cálculo da Depreciação pelo Método Decrescente.....	41
Figura 6 – Fórmula da Depreciação pelas Unidades Produzidas.....	41
Quadro 13 – Cálculo da Depreciação pelo Método de Unidades Produzidas.....	42
Quadro 14 – Cálculo da Taxa de Depreciação Acelerada .....	45
Figura 7 – Definição do Valor Recuperável.....	46
Quadro 15 – Introdução da Nova Depreciação e do <i>Impairment</i> com a Nova Lei ....	47
Figura 8 – Passos para a Aplicação do <i>Impairment</i> .....	48
Quadro16 – Exemplo de Cálculo Contábil Relativo ao Teste de Recuperabilidade..	49
Quadro 17 – Contabilização do Ativo Imobilizado e sua Baixa .....	50
Quadro 18 – Lançamento da Baixa do Imobilizado pela Venda.....	51
Quadro 19 – Demonstrativo do Imobilizado .....	54
Quadro 20 – Ativo Imobilizado da Empresa Objeto de Estudo .....	55
Quadro 21 – Relação de Bens _ Filial.....	56
Quadro 22 – Relação Analítica de Bens por Centro de Custo _ Filial.....	58
Quadro 23 – Relação Sintética de Bens por Centro de Custo _ Filial.....	59
Gráfico 1 – Participação do Imobilizado por Centro de Custo.....	60



Gráfico 2 – Imobilizado de Bens por Grupo de Contas .....	61
Gráfico 3 – Imobilizado por Centro de Custo.....	62
Figura 9 – Fluxograma do Processo de Controle do Imobilizado na Empresa.....	64
Quadro 24 – Forma de Depreciação na Empresa de Forma Sintética.....	67
Quadro 25 – Forma de Depreciação na Empresa de Forma Analítica.....	68
Gráfico 4 – Depreciação por Grupo de Conta .....	69
Gráfico 5 – Depreciação Total por Grupo de Conta .....	70
Quadro 26 – Contabilização do Imobilizado.....	72
Quadro 27 – Relatório de Baixa dos Bens – Ativo Imobilizado .....	73
Quadro 28 – Estrutura do Balanço Patrimonial Modelo Antigo .....	75
Quadro 29 – Balanço Gerencial na Empresa Objeto de Estudo .....	76

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANC	Ativo Não Circulante
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPCON	Gestão Patrimonial e Soluções Corporativas
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
IN	Instrução Normativa
IRFS	Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros
MP	Medida Provisória
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NCM	Nomenclatura Comum do MERCOSUL
PL	Patrimônio Líquido
RFB	Receita Federal do Brasil
RIR	Regulamento do Imposto de Renda
SA	Sociedade Anônima
SRF	Secretaria da Receita Federal
TJEP	Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
UGC	Unidade Geradora de Caixa

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
1.1 TEMA E PROBLEMA .....	11
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA .....	12
1.3 JUSTIFICATIVA .....	12
1.4 METODOLOGIA.....	14
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>16</b>
2.1 FUNDAMENTOS CONTÁBEIS .....	16
2.2 ATIVO.....	18
2.3 ATIVO IMOBILIZADO.....	19
2.4 BENS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS .....	22
2.5 NORMAS INTERNACIONAIS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS.....	23
<b>2.5.1 Alterações das demonstrações contábeis</b> .....	<b>24</b>
2.6 GESTÃO PATRIMONIAL .....	26
2.7 AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO .....	28
<b>2.7.1 Avaliação do ativo imobilizado</b> .....	<b>29</b>
2.8 CONTROLE DOS BENS DO ATIVO IMOBILIZADO .....	30
2.9 DEPRECIACÃO .....	32
<b>2.9.1 Taxa de depreciação</b> .....	<b>36</b>
<b>2.9.2 Métodos de depreciação</b> .....	<b>38</b>
2.9.2.1 Depreciação pelo método linear (linha reta).....	38
2.9.2.2 Depreciação pelo método decrescente .....	40
2.9.2.3 Depreciação pelo método de unidades produzidas.....	41
<b>2.9.3 Bens depreciáveis e não depreciáveis</b> .....	<b>42</b>
<b>2.9.4 Depreciação acelerada</b> .....	<b>43</b>
2.10 <i>IMPAIRMENT</i> .....	45
2.11 BAIXA DOS BENS DO IMOBILIZADO .....	50
<b>3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS</b> .....	<b>52</b>
3.1 APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO.....	52
3.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA.....	53
3.3 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA EMPRESA .....	54
3.4 SUGESTÃO PARA A NOVA GESTÃO PATRIMONIAL .....	57
<b>3.4.1 Controle do imobilizado na empresa</b> .....	<b>62</b>

<b>3.4.2 Depreciação a ser utilizada na empresa.....</b>	<b>66</b>
3.4.2.1 Exemplo para o cálculo da depreciação.....	70
<b>3.4.3 Baixa dos bens na empresa .....</b>	<b>72</b>
<b>3.4.4 Balanço patrimonial .....</b>	<b>75</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>80</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresenta-se inicialmente o tema e problema do estudo. Na sequência expõem-se os objetivos gerais e específicos e a justificativa para sua realização.

Serão demonstrados os procedimentos necessários para gerenciar o ativo imobilizado de uma organização, tendo um controle do patrimônio, mostrando a contabilização e seus resultados perante a aplicação dos mesmos. Destacam-se, também, os controles dos investimentos que a empresa possui conforme as normas de contabilidade.

Este trabalho demonstrará a caracterização da empresa estudada, trazendo um pouco de como ela funciona, como são seus registros e controles na sua atual atividade, apresentando uma sugestão de controle patrimonial dos bens do ativo imobilizado.

### 1.1 TEMA E PROBLEMA

As organizações precisam se adequar às mudanças que estão ocorrendo em relação aos registros contábeis, pois o mercado está forçando as empresas a se atualizarem e demonstrarem informações que possam auxiliar na tomada de decisão. Com as novas normas contábeis, será possível a padronização do sistema contábil na qual os registros serão uniformizados, dando informações com características qualitativa e quantitativa do patrimônio das entidades.

Salienta-se, que o controle do ativo imobilizado está sendo estruturado com procedimentos adotados pelas novas normas contábeis referente a Lei nº. 11.638/07, cujo objetivo desta lei é a alteração das regras contábeis, trazendo algumas mudanças em relação a Lei nº. 6.404/76 das sociedades por ações. As informações e controles realizados no que rege a respectiva lei, atinge o objetivo de qualificar uma gestão, buscando resultados que esperam alcançar economicamente.

Para que as empresas possam ter informações com qualidade, seguindo os procedimentos adotados, a contabilidade tem um papel importante nos registros e controles das organizações, de modo que os referidos métodos utilizados na sua realização do controle do patrimônio trazem a real situação física e financeira para a organização.

A empresa pesquisada se caracteriza como uma empresa familiar e de grande estrutura física, localiza-se em pontos estratégicos que, por sua vez, trazem resultados positivos, resultando numa maior lucratividade. A entidade no seu sistema organizacional abrange diversas áreas e setores que se propõe a adquirir um controle mais eficaz.

Porém, a empresa pesquisada está enfrentando dificuldades para gerenciar seus controles por não possuir um sistema adequado que demonstre informações confiáveis para a gestão.

Dessa forma, destaca-se o problema em questão: Quais os procedimentos para gerenciar o ativo imobilizado, em uma rede supermercadista?

## 1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Este trabalho tem como objetivo geral demonstrar os procedimentos necessários para gerenciar o ativo imobilizado em uma rede supermercadista.

Para que seja atingido o objetivo geral, têm-se como objetivos específicos:

- identificar de que forma a empresa pesquisada efetua seus controles de ativo imobilizado;
- verificar os procedimentos e registros do ativo imobilizado conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC); e
- apresentar a gestão da empresa estudada, uma sugestão de controle de ativo imobilizado visando à redução dos gastos.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Este trabalho justifica-se em torno da gestão do ativo imobilizado. Assunto que trará grande interesse no cenário de mercado, que tem por necessidade a elaboração de um sistema focado em resultados positivos e corretos, dando segurança para a organização. Assim, em relação à contribuição teórica, busca-se descrever os procedimentos para registro e controle destes bens.

De acordo com Hoog (2008, p.39), o imobilizado é o

“[...] grupo de contas nas quais são registrados os direitos que tenham por objetivo bens destinados à manutenção das atividades da entidade e da empresa (atividade) ou que sejam exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial.”

Desta forma, o ativo imobilizado abrange o registro de bens e direitos mostrando o alicerce das organizações, sendo também responsáveis na geração de receita da entidade.

A Gestão do imobilizado é determinada por normas e procedimentos dando seguimento na sistematização que será determinada a compra, entrada, registro, identificação, armazenagem, saída e baixa, trazendo uma série de métodos que devem ser elaborados. A contabilidade é feita de acordo com as normas contábeis, evidenciando seus custos, registrando e contabilizando, seguindo o princípio da competitividade e continuidade.

Segundo o CPC 27 criada pela Resolução CFC nº. 1.055/05, “os bens do ativo imobilizados devem ser depreciados de acordo com o prazo de expectativa de vida útil em que a companhia efetivamente vai utilizar esses ativos”. Esse prazo deve ser revisado anualmente.

Essa forma de abranger esses resultados são partes fundamentais para a apresentação contábil e necessidades de critérios com amplas informações do patrimônio da empresa.

Em termos práticos, com sua realização é possível demonstrar os procedimentos necessários para gerenciar o ativo imobilizado da organização em estudo contribuindo para a mesma. Mediante o controle do patrimônio adequado, a empresa apresentará informações mais precisas em relação ao patrimônio.

A gestão do imobilizado vai trazer um grande avanço no controle da empresa pesquisada, na qual se mostram informações precisas para ela, realizando melhorias para o fortalecimento da instituição com um conceito atual e evidente na elaboração do controle do imobilizado dentro das normas contábeis estabelecidas.

Sendo assim, a organização busca uma contabilidade com maior controle na gestão, porque junto com os outros setores a empresa pode avaliar a situação econômica da aplicação do investimento.

## 1.4 METODOLOGIA

A pesquisa em pauta é dotada de procedimentos metodológicos onde se especifica como uma “[...] etapa que dará início à pesquisa propriamente dita, com a busca exaustiva dos dados, recorrendo-se aos tipos de pesquisa mais adequados ao tratamento científico do tema escolhido.” (MARTINS, 2008, p.85). São passos dados para que o trabalho colocado com seus objetivos seja alcançado, realizados de forma científica.

Quanto à tipologia de pesquisa em relação à forma abordada é uma pesquisa descritiva. De acordo com Sampieri, Collado, Lucio (2006, p.102), as pesquisas descritivas “[...] pretendem medir ou coletar informações de maneira independente ou conjunta sobre os conceitos ou as variáveis a que se referem.” Objetivos realizados com características de buscar dados no estabelecimento.

Quanto aos procedimentos, será utilizado o estudo de caso. Segundo Rauen (2001, p. 210), o “estudo de caso é uma análise profunda e exaustiva de um ou de poucos objetos, de modo a permitir o seu amplo e detalhado conhecimento”. O estudo de caso será realizado em uma empresa no ramo alimentício, rede supermercadista, com localização da matriz na cidade de Criciúma. Analisar-se-á na empresa a gestão do controle do imobilizado, que contribuirá na elaboração, identificando de que forma a empresa pesquisada efetua o controle de ativo imobilizado, traçando metas e objetivos para a gestão da empresa estudada e apresentar uma proposta de controle do mesmo.

Terá também como procedimentos a pesquisa bibliográfica na busca através de livros, revistas, trabalhos de conclusão do curso e *internet* de *sites* com procedências confiáveis.

Segundo Martins (2008, p. 86), a pesquisa bibliográfica “é o ponto de partida de toda pesquisa, levantamento de informações feito a partir de material coletados em livros, revistas, artigos, jornais, *sites* da *internet* e em outras fontes escritas, devidamente publicadas.” Dessa forma traz como objetivo recolher, selecionar, analisar e explicar os referenciais teóricos para os assuntos aplicados, a fim de fundamentar a teoria, esclarecendo todos os temas e problemas mencionados no trabalho com dados verídicos e seguros, tratados de forma científica.

Quanto à tipologia da pesquisa em relação à abordagem do problema, será à qualitativa. De acordo com Martins (2006) a metodologia qualitativa



desenvolve estudos que trazem o problema de forma ampla na sua complexidade. Analisando, compreendendo e classificando processos no desenvolvimento dos dados coletados, busca-se atingir os conceitos e ações no controle abordado.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, destaca-se num primeiro momento o que é a contabilidade, conceito de ativo imobilizado e o que neles estão incorporados, como: bens tangíveis e intangíveis. Na sequência mostrar-se-á que na contabilidade há normas e procedimentos, a comparação da estrutura do balanço das alterações das demonstrações contábeis, a gestão perante o ativo imobilizado, seu patrimônio e aspectos em relação à empresa, os procedimentos e registros no controle dos bens, a depreciação e seus métodos, o valor recuperável dos ativos e por fim, a baixa dos bens do ativo imobilizado.

### 2.1 FUNDAMENTOS CONTÁBEIS

A contabilidade é fundamental para a vivência de uma empresa, na qual busca desenvolver um sistema de controle com informações atuais de qualidade.

Santos (2009, p.1) define que a contabilidade

é um sistema de contas composto por normas, regras e princípios para a acumulação, geração e análise de dados para atender necessidades interna e externa. Na interna, a própria administração do negócio e na parte externa atender necessidades de acionistas, investidores, emprestadores de dinheiro, tributação do lucro pelo Estado etc.

Portanto, é de fundamental importância a contabilidade na gestão da organização que acata as necessidades geradas pela mesma, registrando e analisando os dados, sendo um instrumento na gestão do empreendimento.

Na constituição de uma empresa é apresentado um capital inicial que se compõe da moeda corrente, bens para a composição de um patrimônio que formará a organização, tendo a contabilidade como sua função importante, destacando como uma ciência que controla e analisa os elementos patrimoniais.

De acordo com Ferreira (2009, p.1), menciona-se que a contabilidade é a “ciência que estuda o patrimônio do ponto de vista econômico e financeiro, bem como os princípios e as técnicas necessárias ao controle, à exposição e à análise dos elementos patrimoniais e de suas modificações.”

A contabilidade no seu estudo ao patrimônio da empresa mostra uma visão de como é composta a organização onde o “patrimônio é um universo de meios impessoais de que se constitui a riqueza e cujas funções sistemáticas

diversas são as de suprir as necessidades, tendo por escopo natural a eficácia.” (SÁ, 2008, p.36).

Assim, a empresa tem em sua atividade ferramentas utilizadas para a sua continuidade, ou seja, são partes do patrimônio, onde cada bem tem sua função e sua importância em cada setor que ela se encontra.

A organização se compõe de vários setores que tem como objetivo controlar sua atividade e, para isso, a contabilidade em sua essência traz esses controles nos registros contábeis, possibilitando que a empresa se organize na busca de resultados.

Na verdade, é necessário conhecer a riqueza líquida da pessoa ou empresa: somam-se os bens e os direitos e, desse total, subtraem-se as obrigações; o resultado é a riqueza, ou seja, a parte que sobra do patrimônio para a pessoa ou empresa. Ela é denominada patrimônio líquido ou situação líquida. (MARION, 2006, p.39)

Assim, o patrimônio da empresa é formado de bens, direitos e obrigações que tem função administrativa e operacional da organização, mostrando de uma forma ampla do que ela é formada. Ferreira (2008, p.1) destaca que a contabilidade é “a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controle e de registro dos atos e fatos de uma administração econômica.”

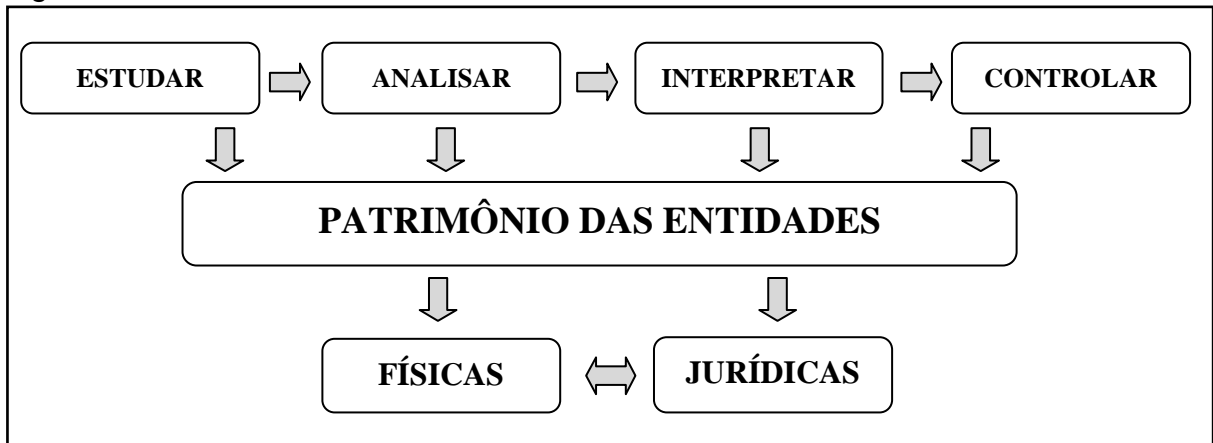
Segundo Ferreira (2008), a contabilidade estabelece princípios e regras de procedimento a serem seguidos pelos profissionais da área contábil, com o objetivo de aperfeiçoar e unificar os métodos por eles adotados, onde a contabilidade é um conjunto organizado de conhecimentos.

Numa organização o patrimônio dentro da contabilidade é visto economicamente e financeiramente apto para o fechamento contábil, ou seja, mostra a apresentação e a análise dos elementos patrimoniais.

Cruz (2009) revela que a contabilidade foi desenvolvida para que a humanidade pudesse controlar o seu patrimônio, uma necessidade que havia desde os tempos antigos.

Logo abaixo, será demonstrado um conceito mais claro de se entender do porque foi desenvolvida a ciência contábil.

Figura 1 – Conceito da Contabilidade



Fonte: Elaborado pelo Autor com base dos Autores Cruz, Andrich e Shier.

## 2.2 ATIVO

Conforme Ludícibus (2008, p.28) ativos “são todos os bens e direitos de propriedade e controle da empresa, que são avaliáveis em dinheiro e que representam benefícios presentes ou futuro para a empresa”. No qual mostra como os bens estão atribuídos a empresa e os direitos.

Logo abaixo, o quadro mostra alguns itens que compõe o ativo de bens e direitos:

Quadro 1 – Relação de Bens e Direitos do Ativo

<b>BENS</b>	<b>DIREITOS</b>
Dinheiro (Moeda)	Duplicatas a Receber
Estoque	Contas a Receber
Terrenos	Títulos a Receber
Máquinas	Ações
Ferramentas	Títulos de Crédito, etc.
Veículos	.....
Instalações, etc.	.....
.....	.....

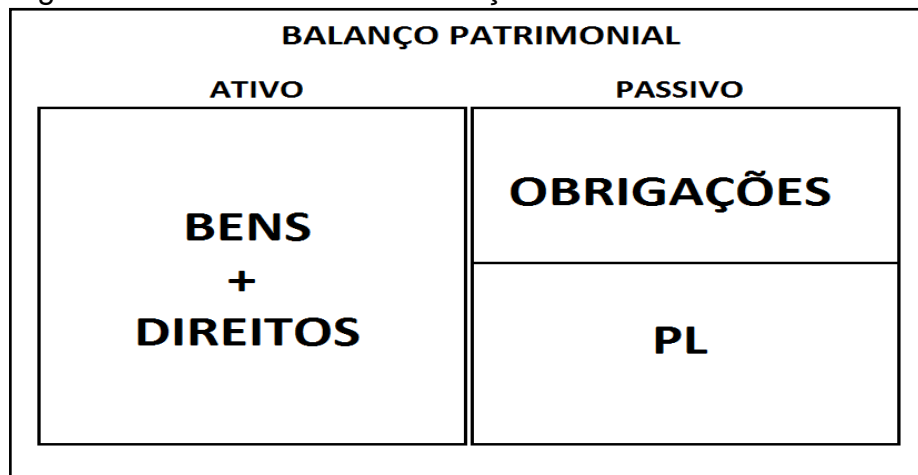
Fonte: Elaborado pelo Autor

Contudo, o ativo é composto de bens e direitos que demonstram o potencial e capacidade de operação de uma empresa, representando os benefícios na atualidade e no futuro.

Braga (2006, p.66) define que: “as aplicações de recursos ou investimentos são apresentados no ativo [...], ou seja, dinheiro que está sendo aplicado na empresa ou investimento em um bem para sua utilização, tudo que define bens e direitos da entidade está sendo representado no ativo.

No entanto, Marion (2006, p.35) menciona também que: “entende-se por bens as coisas úteis, capazes de satisfazer às necessidades das pessoas e da empresa. [...] Em contabilidade entende-se por direito ou direito a receber o poder de exigir alguma coisa”. Para que se tenha uma demonstração, logo abaixo, segue uma figura que mostra a foto estática do patrimônio.

Figura 2 – Foto Estática do Balanço Patrimonial



Fonte: Elaborado pelo Autor

Sendo assim, a empresa adquire bens que são destinados para a produção ou para sua utilização, a organização adquire direitos em decorrência do sistema operacional da mesma.

### 2.3 ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é um subgrupo do ativo, sendo utilizado na atividade da empresa e fazendo parte de sua operação.

Marion (2006) enfatiza que o ativo imobilizado é de natureza permanente e utilizada na produção ou comercialização da atividade da mesma e não sendo

parte da operação, ou seja, que se destina a venda. Compreende o registro dos bens e direitos que são o alicerce das organizações, sendo eles na maioria dos casos, responsáveis da geração de receita. Sá (2008, p.64) destaca que,

escrituração contábil [...] é uma denominação ampla que modernamente abrange todo um conjunto de procedimentos, dentre os quais, como básico, se acham os seguintes:

1. Identificação,
2. Classificação,
3. Registro,
4. Demonstração, e
5. Estrutura dos fluxos dos fatos acontecidos com o patrimônio [...].

As contas no grupo Imobilizado devem ser apresentadas por natureza de ativo, tendo o controle do custo de cada bem e da depreciação, amortização ou exaustão.

Dentro do ativo imobilizado, compõem alguns itens patrimoniais. Marion (2006, p.210) mostra alguns deles:

- Terrenos;
- Edifícios;
- Instalações;
- Máquinas e equipamentos;
- Móveis e utensílios;
- Veículos;
- Ferramentas;
- Benfeitorias em propriedades arrendadas;
- Direitos sobre recursos naturais;

Os itens acima são contas de origens devedoras necessárias para a manutenção da empresa e que estão relacionadas no ativo imobilizado, que por sua vez fazem parte do ativo não circulante.

Cada empresa estabelece seu plano de contas em função dessas informações. A Lei das SAs. (1976) demonstra o imobilizado da seguinte forma:

- a) Imobilizado em operação, que são todos os bens já em utilização na atividade objeto da sociedade;
- b) Imobilizado em andamento, que são classificadas todas as aplicações de recursos de imobilizações, mas que ainda não estão operando.

A entidade que tiver várias filiais e a contabilidade seja consolidada (centralizada) deverá segregar as contas patrimoniais por estabelecimentos, para a eficácia do controle e apropriação da depreciação, amortização ou exaustão e para fins de custeio da operação. Marion (2006) mostra alguns dos bens que estão relacionados no imobilizado em operação, tais como: Terrenos, edificações,

máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, equipamento de processamento de dados, ferramentas e peças de reposição, veículos e outros, e no imobilizado em andamento depreende de construções em andamento, consórcio, importações em andamento e custo de demolições.

Os elementos patrimoniais que compõe a empresa necessitam de controles para não afetar a situação financeira e que possa trazer, no decorrer de suas atividades, análises desses bens, mostrando a sua posição em que o bem se encontra.

Uma das funções da contabilidade é controlar o patrimônio, destacando o imobilizado na continuidade da empresa, onde bens são utilizados na produção, nas instalações e no local em que a mesma se estabelece.

Nos aspectos patrimoniais, Ferreira (2009, p.3) destaca que a “identificação dos elementos que compõem o patrimônio (bens, direitos e obrigações) diz respeito a aspecto qualitativo. Já a mensuração desses elementos, a sua identificação em valores monetários, é relativa ao aspecto quantitativo.”

Sendo assim, contabilizam-se todos os bens patrimoniais para sua identificação, mostrando seu aspecto qualitativo e seus valores econômicos, referente aspectos quantitativos.

No quadro a baixo é demonstrado onde está inserido o imobilizado de maneira objetiva para o entendimento.

#### Quadro 2 – Parte do Balanço Patrimonial

<b>ATIVO</b> CIRCULANTE NÃO CIRCULANTE REALIZAVEL A LONGO PRAZO INVESTIMENTOS <b>IMOBILIZADO (a partir da Lei 11.638/07 inclui apenas os bens corpóreos)</b> INTANGÍVEL (inclui os bens incorpóreos)
--

Fonte: Elaborado pelo Autor

Essa demonstração está estruturada de acordo com os preceitos da Lei 6.404/76, Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, e segundo os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

## 2.4 BENS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os bens tangíveis estão incorporados no ativo imobilizado, bens que podem ser tocados, vistos. Ou seja, na contabilidade há dois grupos que destacam a diferença dos ativos que a empresa gerencia, e para que os ativos estejam evidenciados são classificados em bens tangíveis (corpóreos) e bens intangíveis (incorpóreos).

Segundo Azevedo (2010, p.170):

classificam-se no Imobilizado os direitos que tenham por objeto somente os **Bens Corpóreos**:

- 1) Destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercícios com essa finalidade; e
- 2) Decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens. [...].

Relativamente aos **Bens Incorpóreos** (intangíveis) devem ser registrados contabilmente diretamente na conta do Intangível (ANC) a exemplo do *software*, marcas, patentes, direitos autorais, de filmes cinematográficos, Ágio por expectativa de Rentabilidade Futura (*goodwill*), listas de clientes, etc.

Essencialmente, dessa forma, Azevedo (2010) demonstra que os bens tangíveis são aqueles que podem ser vistos, tocados, que são fisicamente manuseadas, por exemplo: máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, terrenos, veículos, edificações, dinheiro, ferramentas e outros. Os bens intangíveis são marcas e patentes, *software*, direitos autorais e outros, são classificados como objetos abstratos, que garantem seus direitos.

Segundo Ferreira (2008 p.14), bens tangíveis (corpóreos), “são bens materiais, quer dizer, tem existência física. Podem ser tocados e vistos.” São bens que compõe o patrimônio da empresa.

Destaca-se ainda, conforme Smith, Silva e Valente (2008, p.6) que:

do imobilizado foram excluídos os bens não corpóreos como marcas e patentes etc. e passou incluir apenas bens corpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais, inclusive os decorrentes de operações que transferem à empresa os benefícios, riscos e controle desses, ocorrendo desta forma a inclusão dos bens adquiridos por Leasing Financeiro, ou seja, os bens adquiridos financiados pela modalidade de arrendamento mercantil.

Contudo, os bens tangíveis (corpóreos) são classificados e destinados a atividades operacionais da organização.



Os bens intangíveis (incorpóreos) “não existem fisicamente. Embora não sejam visíveis ou palpáveis, também podem ser traduzidos em moeda.” (FERREIRA, 2008, p.14).

Bens intangíveis são abstratos ou imateriais, no entanto, é importante para a empresa porque representam, de certa forma, os direitos da propriedade em que traz rendimentos incorporados em seu capital.

Em relação à inclusão do grupo do Intangível, teve como fim receber os bens não corpóreos que estavam no Imobilizado como Fundo de Comércio e outros que estavam no Diferido como Gastos com Pesquisas e desenvolvimento, gastos que, para as normas internacionais tendem ser classificadas no resultado. (SMITH, SILVA E VALENTE, 2008, p.6)

De acordo com Ferreira (2008), os bens classificados no intangível devem ser avaliados pelos custos incorridos na aquisição deduzida do saldo da respectiva conta de amortização, que é relativa à perda de valor de bens incorpóreos utilizados na atividade da entidade.

Sendo assim, os bens do ativo imobilizado devem ser controlados, destacando que o imobilizado é constituído de bens e direitos indispensáveis para a atividade da empresa, caracterizados por tangível, utilizados para uso na produção, na comercialização de mercadorias, para serviços ou para fins administrativos e bens intangíveis que são bens que representam para a gestão valores para o resultado da empresa.

## 2.5 NORMAS INTERNACIONAIS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

As organizações devem se adequar às novas normas internacionais de contabilidade, que são chamados também de IFRS “*Internation Financial Reporting Standards*”, que é um padrão internacional para relatórios de finanças.

As normas internacionais têm como objetivo alterar as regras contábeis brasileira conforme o padrão contábil internacional. Azevedo (2010, p.99) comenta que:

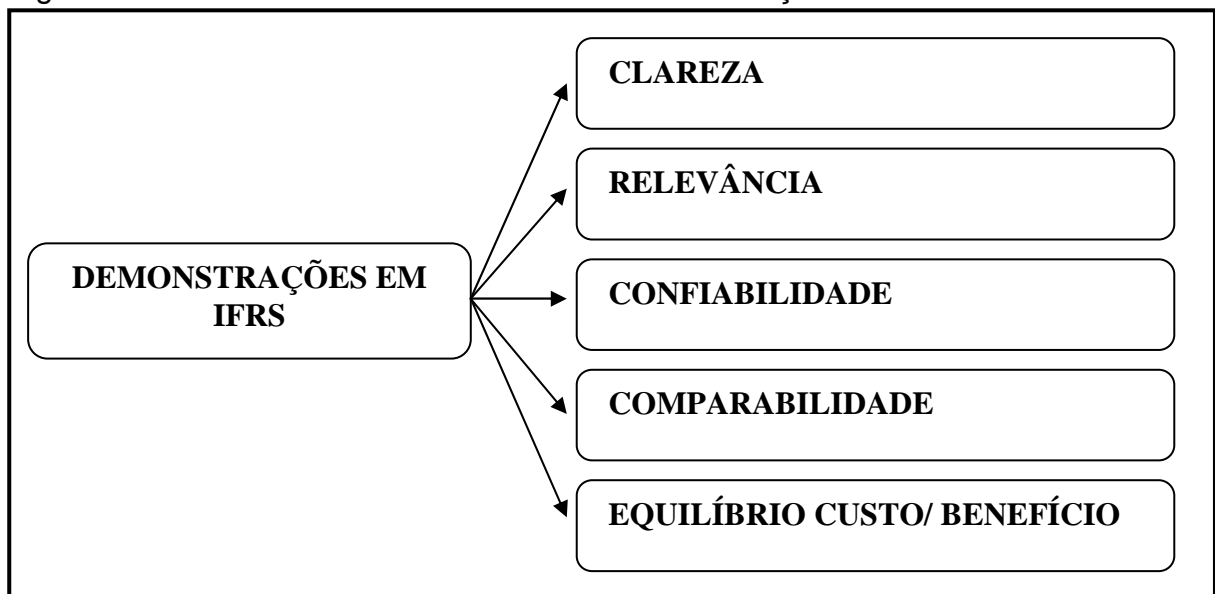
a importância e a necessidade de que as práticas contábeis brasileiras sejam convergentes com as práticas contábeis internacionais, seja em função do aumento da transparência e da confiabilidade nas nossas informações financeiras, seja por possibilitar, a um custo mais baixo, o acesso das empresas nacionais às fontes de financiamento[...].

A credibilidade das informações com as convergências estabelecidas é importante para a organização, ressaltando um controle patrimonial mais eficaz.

Conforme o Portal CPCON, “**IFRS** é o conjunto de normas que seguem um padrão internacional que tem por objetivo garantir uma metodologia que possa ser entendida de forma mais clara [...]”. Com isso, mostra para o gestor e aos que neles estão envolvidos, uma análise mais ampla e aberta, seguindo um padrão de conceitos e procedimentos no controle em questão.

Azevedo (2010, p.105) destaca as características qualitativas das demonstrações em IFRS.

Figura 3 – Características Qualitativas das Demonstrações em IFRS



Fonte: Elaborado pelo autor com base do autor Azevedo

Essas alterações podem avaliar e mostrar o tipo de ativo e as adequações ao IFRS podem garantir uma visão melhor para os negócios e transmitir transparência e credibilidade às demonstrações contábeis.

### 2.5.1 Alterações das demonstrações contábeis

Logo abaixo é demonstrado um comparativo da lei vigente, mostrando as alterações contábeis da Lei das Sociedades por Ações, ao qual está sendo inserida nas demonstrações contábeis, destacando de forma unificada as informações.

Quadro 3 – Classificação dos Ativos Antes e Agora com a Nova Lei

ANTES	LEI N° 11.638/07	AGORA (MP N° 449/08)
Art. 178. (...) § 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos: a) ativo circulante; b) ativo realizável a longo prazo; c) ativo permanente <sup>4,2</sup> , dividido em investimentos, ativo imobilizado e ativo diferido <sup>4,3</sup> .	Art. 178. (...) (...) (...) (...) c) ativo permanente, dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido.	Art. 178. (...) (...) I - ativo circulante; e II - ativo não-circulante <sup>4,4</sup> , composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível <sup>4,1</sup> .

Fonte: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>

- Extingue-se o Ativo Diferido;
- Cria-se o grupo Intangível para registrar bens incorpóreos;
- Extingue-se o termo Ativo Permanente;
- Classifica-se o Ativo em Circulante e Não-Circulante.

Os ativos, com a nova Lei nº 11.638/07 e com a MP nº 449/08, onde se tornou em Lei com o nº 11.941/09 ao qual foram classificados de maneira diferente, com mais entendimento e clareza.

Os passivos foram classificados e organizados da seguinte maneira:

Quadro 4 – Classificação dos Passivos Antes e Agora com a Nova Lei

ANTES	LEI N° 11.638/07	AGORA (MP N° 449/08)
Art. 178. (...) § 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos: a) passivo circulante; b) passivo exigível a longo prazo; c) resultados de exercícios futuros <sup>5,1</sup> ; d) patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação <sup>5,2</sup> , reservas de lucros e lucros <sup>5,3</sup> ou prejuízos acumulados.	Art. 178. (...) (...) (...) d) patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial <sup>5,5</sup> , reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.	Art. 178. (...) (...) I - passivo circulante; II - passivo não-circulante <sup>5,4</sup> ; e (excluído) III - (...)

Fonte: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>

- Extingue-se a Reserva de Reavaliação;
- Cria-se o grupo Ajustes de Avaliação Patrimonial;
- Extingue-se o grupo Resultado de Exercícios Futuros;

- Extingue-se a conta Lucros Acumulados;
- Classifica-se o Passivo em Circulante e Não-Circulante.

Sendo assim, com as alterações introduzidas pela nova lei, pode-se dizer que o objetivo destas mudanças está na busca pela convergência das normas brasileiras de contabilidade ao padrão internacional, conhecidas pelas normas internacionais de contabilidade, com o intuito de converter a contabilidade em uma linguagem internacional de forma homogênea, totalmente globalizada.

Desse modo, mostrou-se a comparação das Leis que regem cada um desses assuntos que foram colocados, nas quais se utilizam para que seja feita uma contabilidade de maneira correta, controlando o patrimônio da empresa.

## 2.6 GESTÃO PATRIMONIAL

A gestão patrimonial, gerencialmente efetuada, mostra que os registros e procedimentos para o controle da organização é fundamental.

De acordo com Padoveze (2010, p.303):

a gestão operacional dos imobilizados tem como foco central a verificação periódica da capacidade de geração de serviços dos Ativos Fixos e dos custos reais de operá-los. Esta verificação se dá em termos de comparação com os serviços e custos esperados pelo equipamento, mensurados quando da decisão inicial de investir em equipamentos.

Na mensuração dos bens, buscam-se os valores para investimento na empresa, na qual elaboram-se os controles dos ativos com documentos e análises nas informações referentes aos custos, depreciações, gastos ou perdas que podem ser definidos se a empresa vai investir ou não referente a troca ou reparo do bem. São definidas as etapas estratégicas no planejamento, direcionando metas e estabelecendo os controles que mostram para a gestão, ferramentas para as decisões, melhorando o desempenho da mesma.

O patrimônio pode ser considerado do ponto de vista estático ou dinâmico. [...] a Contabilidade estuda, controla, expõe e analisa os elementos patrimoniais. Do ponto de vista dinâmico, ela estuda, controla, expõe e analisa as modificações ocorridas no patrimônio, principalmente em razão das atividades desempenhadas na sua gestão. (FERREIRA, 2008 p.13).

Todo processo de controle direcionado à gestão patrimonial pode sofrer mudanças, porque a contabilidade estuda, analisa toda situação dos atos e fatos dos elementos que compõe o patrimônio, aderindo a uma gestão patrimonial que mensure os aspectos físicos e monetários.

Conforme o Portal Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJEP) encontra-se os conceitos e procedimentos físicos do inventário.

Inventário é o procedimento administrativo que consiste no levantamento físico e financeiro de todos os bens móveis, nos locais determinados, cuja finalidade é a perfeita compatibilização entre o registrado e o existente, bem como sua utilização e o seu estado de conservação.

Verifica-se nesse evento a integridade do bem, a correta afixação da plaqueta de identificação e se o bem está ocioso ou se apresenta qualquer avaria que o inutilize, o que enseja seu recolhimento à Central de Distribuição do Departamento do Patrimônio, bem como outras medidas legais que poderão ser tomadas.

O inventário físico é a atividade que verifica a existência física dos bens, se os mesmos estão operacionalmente ativos, determinando informações nos setores onde se encontram, ativando um sistema de custeio para cada departamento.

Os controles do ativo imobilizado na sua implantação podem ser gerenciados de maneira correta seguindo as normas e procedimentos contábeis.

Controlar os bens patrimoniais do ativo imobilizado, organizar as documentações, ter um treinamento de controle com as filiais da empresa, pode-se produzir resultados positivos.

Os procedimentos de um controle físico, do ponto de vista contábil, são implantados em ordem cronológica. O Portal CPCON destaca esse seguimento:

- Balanço Patrimonial
- Balancetes por Período
- Análise de Receitas/Despesas/Resultados
- Livro Razão e Caixa
- Baixa do Ativo Imobilizado
- Identificação de Ativos Imobilizados
- Razão Auxiliar
- Balanço das Depreciações
- Imposto de Renda
- Lista dos Bens por Grupo

Isso mostra a seqüência que facilita o gerenciamento do controle patrimonial da organização. Entretanto, para Almeida (2010, p.47), esses controles do ativo imobilizado podem ser seguidos da seguinte maneira:

- Entrada e registro;
- Identificação dos bens;
- Controles individuais ou coletivos;
- Cálculos matemáticos exigidos por lei;
- Baixas e transferências;
- Guarda de documentação;
- Fiscalização do cumprimento da Norma;
- Inventário físico;

Sendo assim, o controle do bem passa por etapas que possibilita a identificação e estabelece o custo correto que ele traz para a organização, passando primeiramente pelo registro, que é de obrigatoriedade da empresa e depois mostra a posição em que se encontra o bem e menciona sua vida útil nos cálculos a ele estabelecidos.

## 2.7 AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Na empresa, de acordo com a lei das Sociedades por Ações aplicáveis as demais sociedades rumo às normas internacionais (2009), a inexistência da reavaliação do imobilizado passa a uma característica de ser registrada ao custo original da aquisição deduzido da conta depreciação, amortização e exaustão sofrida pelos mesmos, registrando o real valor de acordo com a lei vigente.

Segundo os comentários de Azevedo (2010, p.394) em consonância com a Lei nº 11.638/2007, Art. 1º, “eliminou todas as menções à figura da reavaliação espontânea de ativos. Assim, prevalecem apenas as menções de que os ativos imobilizados, [...] só podem ser registrados com base no seu efetivo custo de aquisição ou produção”. Essa sistematização de reserva de reavaliação, portanto, não é mais utilizada.

Conforme o Art. 183 da Lei das SAs. (1976), a base de avaliação dos bens componentes do ativo imobilizado é o seu custo de aquisição, ou seja, os gastos relacionados com a aquisição dos bens para uso na operação da empresa.

O controle do imobilizado numa gestão patrimonial deve se embasar nas normas e procedimentos contábeis.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 27) o imobilizado da empresa apresenta de forma a ser avaliado e reconhecido primeiramente todos os custos no bem constituído pela entidade. Tendo isso como critério se obterá uma avaliação melhor e mais segura.

### 2.7.1 Avaliação do ativo imobilizado

Os critérios de avaliação do ativo imobilizado, mostra que deve estabelecer regras para que seja reconhecido o bem, segundo Almeida (2010, p.57) em concordância com a lei societária,

- o custo de um item do ativo imobilizado deve ser reconhecido como ativo se, e apenas se:
- for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a empresa.
- o custo do item puder ser mensurado de forma confiável.

Mostra-se que os itens do ativo imobilizado devem estar registrados com seus devidos gastos relacionados com o bem, podendo mensurar o seu valor, tendo reconhecimento perante a empresa, ao qual executa suas atividades operacionais através de seus investimentos, almejando adquirir resultados para a organização na obtenção do lucro.

De acordo com Iudícibus, Martins e Gelbcke (2010), devem-se estabelecer como custo de aquisição os gastos incluídos com a aquisição do ativo imobilizado e todo o processo feito para que o bem fosse colocado em processo de uso da entidade, ou seja, gastos necessários para seu funcionamento.

Ferreira (2008, p. 418) completa que:

- são computados como parte do custo do imobilizado os valores relativos aos bens adquiridos ou matérias-primas utilizadas, fretes, seguros, comissões, desembaraço de importação, impostos não recuperáveis, carga, descarga, armazenagem, instalação, montagem etc.

Sendo assim, pode-se dizer que no investimento que a organização adquirir para sua operação, a mesma traz para seu custo, todo o envolvimento relacionado àquele bem que, na sua utilização na empresa, possa ser avaliado de maneira que traga segurança para os resultados dele obtido.

A empresa necessita de investimentos e com eles são incluídos no ativo imobilizado da entidade, Ferreira (2008, p. 422) esclarece que a legislação do

- imposto de renda estabelece que o custo de aquisição de bens do ativo permanente não poderá ser deduzido diretamente como despesa operacional, salvo se o bem adquirido tiver valor unitário não superior a R\$ 326,61, ou prazo de vida útil que não ultrapasse 1 ano. Se o bem adquirido for de valor e vida útil superior a esses limites, terá de ser registrado no imobilizado para posterior depreciação ou amortização. Por analogia, com base nessa determinação da legislação do Imposto de Renda, considera-se material de uso ou consumo aquele cujo valor não seja superior a R\$ 326,61 ou cujo tempo de vida útil não ultrapasse 1 ano. Enquadram-se nessa regra os materiais de escritório ou expediente, limpeza, manutenção.

Bem do ativo fixo é aquele que, cumulativamente, tem valor superior a R\$ 326,61 e vida útil superior a 1 ano.

Portanto, deve-se avaliar o que está sendo adquirido para empresa, onde esse bem vai ser registrado e seu custo mencionado. O bem não direcionado de maneira correta pode não mostrar o que realmente vale e sua operação estará erroneamente registrada conforme a lei prevista.

Destaca também o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 28): “Custo é o montante de caixa ou equivalentes de caixa pago ou o valor justo de outra contraprestação dada para adquirir um ativo no momento da sua aquisição ou construção [...]” Mostra-se a origem do custo, onde de maneira objetiva estabelece o seu valor justo. O CPC 28 destaca ainda que o “valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si [...]” A transação feita entre as partes na venda predomina o valor justo, valor a preço de mercado e que possa ser mensurado. É o valor que seria recebido no ativo ou que seria pago no passivo em uma transação, troca, ou negociação de um item patrimonial em um mercado com condições normais e competentes.

## 2.8 CONTROLE DOS BENS DO ATIVO IMOBILIZADO

A contabilidade tem um papel muito importante e contribui para o controle do patrimônio da organização. Azevedo (2010, p.151) define o imobilizado como:

direitos que tenham por objetivo bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial.

Uma vez que os registros dos bens são realizados há necessidade desses controles, possibilitando o cumprimento do mesmo, destacando o controle físico e contábil de todos os bens do ativo imobilizado e a realização de seus devidos cálculos, mostrando a finalidade de cada bem perante a empresa.

Padoveze (2009) enfatiza que deve haver o controle escritural e físico dos bens do ativo e também a valorização econômica na depreciação, amortização e exaustão. São critérios que fazem parte dessa sistemática.



Na gestão do controle do imobilizado há a necessidade de que se tenha a atualização dos valores do patrimônio, do ativo fixo da empresa e assim poder ter mais controles perante o mesmo.

Segundo Padoveze (2009, p.80),

qualquer controle parte de determinados conceitos, que conduzido a uma série de procedimentos. Teoricamente, podemos ter três variantes conceituais em termos de Controle Patrimonial:

- Controle geral e irrestrito, físico e escritural de todos os itens considerados permanentes.
- Controle apenas escritural e nenhum controle físico.
- Controle parcial físico e escritural dos itens relevantes e controle apenas escritural dos itens classificados como não relevantes.

Concomitantemente são procedimentos teóricos em termos de controle patrimonial dos bens da empresa, trazendo um funcionamento operacional na identificação do bem e, assim, podendo fazer a manutenção ou a troca do ativo imobilizado.

O controle dos bens tem sua utilização de maneira que possibilita a identificação dos bens na existência de um sistema que registram através de código de barras.

“A identificação é necessária tanto para o gerenciamento interno dos itens do imobilizado, como para as necessidades escriturais de controle das depreciações e baixas patrimoniais.” (PADOVEZE, 2009, p.81).

Os procedimentos realizados para esse controle condizem com a eficácia da gestão, aplicando um seguimento organizado nos registros contábeis, gerenciando com dados mais corretos para que a gestão tenha em mãos relatórios mais específicos e relevantes.

Os registros dos bens do ativo imobilizado devem ser efetuados de maneira que fique evidenciado o controle. E para esse controle existem alguns padrões a serem seguidos, um deles é a fixação de placas de patrimônio. A figura abaixo demonstra de que maneira essas placas são utilizados nas organizações no controle e registro dos bens patrimoniais.

Figura 4 – Modelo de Placas de Patrimônio



Fonte: <http://www.afixgraf.com.br>

A presença de um controle patrimonial na entidade tem suas vantagens. Ou seja, uma organização com um forte controle sobre seus bens, registrando seu patrimônio, evita que a mesma tenha menos riscos e, assim, não venha a prejudicar o desempenho das atividades, prevenindo que ocorram quebras, roubos, perdas e até mesmo a inexistência do bem.

Um controle dentro de uma empresa deve ser visto com muita importância e eficácia, porque diante do aspecto econômico as empresas precisam se manter no mercado de trabalho, os danos e desperdício de recursos devem ser sempre minimizados e, se possível, evitados.

Dessa forma, a empresa deve manter os controles desde a entrada do bem até a sua baixa ou venda.

## 2.9 DEPRECIAÇÃO

O controle da depreciação, na entidade, leva-se em consideração o registrado periodicamente. Os ativos imobilizados devem ser registrados pelo seu custo de aquisição.

De acordo com Barros (2005, p.97) “a depreciação representa a importância correspondente à diminuição do valor dos bens resultante do desgaste pelo uso, ação da natureza e obsolescência normal.”

A depreciação é registrada como uma despesa operacional da empresa sem desembolso, onde há um desgaste do bem, chegando à sua depreciação.

Dessa forma, a resolução do CFC Nº.1.136/08, Art. 1º, destaca que as normas brasileiras de contabilidade NBC T16.9 referem-se à depreciação como uma

“redução dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.”

Na aquisição dos bens, a depreciação passa a existir em aspecto do consumo da vida útil, desgaste ou perda de valor, por conta de sua ocupação em benefício da entidade. Os Ativos Imobilizados serão registrados, contabilmente, correspondentes ao seu valor de aquisição, descontado seu percentual de depreciação, exaustão ou amortização.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 27, item 61-62),

o método de depreciação aplicado a um ativo deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício e, se houver alteração significativa no padrão de consumo previsto, o método de depreciação deve ser alterado para refletir essa mudança. Tal mudança deve ser registrada como mudança na estimativa contábil, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Vários métodos de depreciação podem ser utilizados para apropriar de forma sistemática o valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil. Tais métodos incluem o método da linha reta, o método dos saldos decrescentes e o método de unidades produzidas. A depreciação pelo método linear resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere. O método dos saldos decrescentes resulta em despesa decrescente durante a vida útil. O método de unidades produzidas resulta em despesa baseada no uso ou produção esperado. A entidade seleciona o método que melhor reflita o padrão do consumo dos benefícios econômicos futuros esperados incorporados no ativo. Esse método é aplicado consistentemente entre períodos, a não ser que exista alteração nesse padrão.

A organização adota os métodos de depreciação nos seus controles da apuração contábil a cada exercício efetuado, destacando a avaliação dos seus ativos que, por sua vez, traz segurança ao valor correto.

Segundo o CPC 27, item 57, os bens do ativo imobilizados devem ser depreciados de acordo com o prazo de expectativa de vida útil em que a entidade vai utilizar esses ativos.

A depreciação é elaborada de acordo com o tempo que os bens adquiridos pela organização estão sujeito a serem utilizados, bens que podem ser empregado para a produção no funcionamento da empresa. O tempo que tem cada produto é estimado de acordo com a sua especificação e o tipo do bem.

Almeida (2010, p.59) menciona que “O valor a ser depreciado corresponde ao custo do bem deduzido de seu valor residual.”

Destaca-se abaixo o quadro exemplificando de como é o valor a ser depreciável.

Quadro 5 – Determinando Valor Depreciável

Veículo : Custo de Aquisição	R\$ 30.000,00
Estimativa de Venda (final vida útil +/- 5 anos)	( R\$ 7.000,00 )
Valor Depreciável	R\$ 23.000,00

Fonte: Osmar Reis Azevedo

O valor a ser depreciável é R\$ 23.000,00, na qual foi deduzida a estimativa de venda, que é o valor residual aplicado aquele bem.

Logo abaixo será demonstrado de como é feito o lançamento da depreciação.

Quadro 6 – Lançamento da Depreciação

<p><b>D - DESPESAS COM DEPRECIAÇÃO</b></p> <p><b>C - DEPRECIAÇÃO ACUMULADA</b></p>
--

Fonte: Elaborado pelo Autor

O lançamento da depreciação é feito debitando despesas com depreciação referente conta de resultado nas despesas e creditando depreciação acumulada como conta redutora do ativo não circulante, diminuindo da conta do referido bem depreciado. Portanto, apresenta-se a seguir um quadro ilustrativo de como fica no balancete de verificação os referidos lançamentos.

Quadro 7 – Apresentação do Lançamento da Depreciação

<b>BALANCETE</b>	
ATIVO ATIVO NÃO CIRCULANTE - Bens <b>(Depreciação Acumulada)</b>	PASSIVO PASSIVO NÃO CIRCULANTE PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DESPESAS - <b>Despesas com Depreciação</b>	RECEITAS

Fonte: Elaborado pelo Autor

A depreciação incide na perda do valor dos bens, devido a essa desvalorização, desgaste causado pela ação da natureza ou ocasionado pelo uso no processo produtivo da organização.

Segundo Almeida (2010, p.59),

valor residual é o montante líquido a ser obtido pela empresa na venda do ativo imobilizado no final de sua vida útil.

[...] A vida útil de um ativo é definida como:

- o período que se espera para que um ativo esteja disponível para uso pela empresa;
- o número de produção ou unidades similares esperadas a ser obtido de um ativo pela empresa.

Portanto, vale mencionar que o valor residual do bem é definido pela empresa para sua venda no fim de sua utilização na entidade.

Azevedo (2010, p.178) diz que o valor residual de um ativo “é o valor estimado que a entidade obteria com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas e venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperada para o fim de sua vida útil [...]”

Sendo assim, um bem do ativo imobilizado é depreciado em decorrência de sua vida útil, período durante o qual o ativo será utilizado pela organização, apresentando-se como a vida econômica do Bem.

De acordo com Azevedo (2010, p.177-178),

a companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, a fim de que sejam revisados e ajustados os critérios utilizados para a determinação da vida útil estimada e para cálculo de depreciação, exaustão e amortização. [...] a vida útil refere-se a expectativa do prazo de geração de benefícios econômicos para a entidade que detém o controle, riscos e benefícios do ativo.

Sendo assim, a depreciação será registrada periodicamente, em sucessão nas contas de depreciação, até que haja depreciação e o item chegar à obsolescência ou desgaste total.

Na manutenção e controle das depreciações o procedimento de desgaste é computado anualmente em contas acumuladoras e, deste modo, o processo segue com tais valores contabilizados como custo de despesa operacional. Segundo Ribeiro (2005), no processo de depreciação total quando a depreciação alcança 100%, e neste caso o bem ainda existe fisicamente dentro do empreendimento, o ativo é baixado contabilmente ao efetuar sua venda, doação ou finalização de utilidade.

A depreciação utilizada dentro da organização é caracterizada como despesa operacional, na qual não é feito o desembolso, a saída de caixa.

Dentro do empreendimento, a depreciação está ligada na gestão patrimonial mostrando sua importância no reconhecimento para a gestão da entidade, quanto mais depreciação houver, os impostos sobre o bem vai diminuindo e assim com sua depreciação realizada, a organização poderá ter um ganho de capital maior na realização de sua venda ou troca do bem. Mas, pode-se trazer um resultado negativo por se tratar de uma despesa que afeta o resultado da empresa abaixando seu lucro, mas em contrapartida reduz o valor do imposto de renda e da contribuição social. Deve-se analisar de maneira que a empresa traga renovação com mais eficiência ao patrimônio.

### 2.9.1 Taxa de depreciação

A taxa de depreciação é estabelecida de acordo com a vida útil do bem. São colocadas várias taxas para os bens de acordo com o seu grupo, ou seja, classificação dos bens, por exemplo, móveis e utensílios, veículos, etc. utilizados na empresa. “Regra geral, a taxa de depreciação será fixada em função do prazo durante o qual se possa esperar a utilização econômica do bem, pelo contribuinte, na produção dos seus rendimentos.” (RIR/1999, art. 310)

A receita federal fixa as taxas anuais de depreciação que será estabelecido pela organização.

A RFB estabelece que a quota de depreciação a ser registrada na escrituração da pessoa jurídica, como custo ou despesa operacional, será determinada com base nos prazos de vida útil e nas taxas de depreciação constantes dos seus Anexos I (bens relacionados na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM) e II (demais bens).( IN SRF nº 162, de 1998)

A taxa de depreciação é realizada aplicando-se o percentual de 100% dividindo-se pela vida útil anual, no caso de 5, 10, 20, 25 anos e, assim, obter a taxa anual de depreciação para ser utilizado no bem.

Quadro 8 – Cálculo da Taxa de Depreciação

TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO	=	$\frac{100\%}{\text{Vida Útil}}$
---------------------------	---	----------------------------------

Fonte: Elaborado pelo Autor

Santos (2009, p.116) enfatiza que:

a Secretaria da Receita Federal publicará periodicamente o prazo de vida útil admissível, em condições normais ou médias, para cada espécie de bem, ficando assegurado ao contribuinte o direito de computar a quota efetivamente adequada às condições de depreciação de seus bens, desde que faça a prova dessa adequação, quando adotar taxa diferente.

As taxas de depreciação são fornecidas pela Receita Federal, mas o contribuinte tem o direito de adequar, podendo utilizar uma taxa diferente desde que a empresa faça a comprovação conforme art.253, § 1º, do RIR/94.

Logo abaixo é destacada uma relação resumida das taxas de depreciação dos respectivos bens segundo a legislação brasileira (IN SRF nº 162, de 1998).

Quadro 9 – Taxa de Depreciação

<b>Computadores e periféricos/hardware</b>	<b>20%</b>
<b>Edifícios e benfeitorias</b>	<b>4%</b>
<b>Instalações</b>	<b>10%</b>
<b>Maquinários</b>	<b>10%</b>
<b>Móveis e Utensílios</b>	<b>10%</b>
<b>Semoventes – animais de tração</b>	<b>20%</b>
<b>Veículos automotores</b>	
- Caminhões fora de estrada	25%
- Motociclos	25%
- Tratores	25%
- Veículos de passageiros	20%
- Veículos de carga	25%

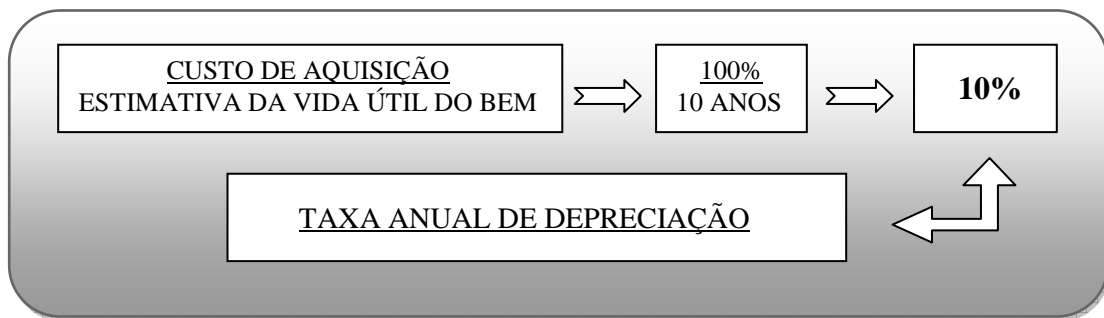
Fonte: Adaptado pelo Almeida (2010, p.60)

Essas taxas de depreciação são utilizadas na maioria das empresas. Mas podem ser revisadas anualmente de acordo com a expectativa de vida útil.

De acordo com Barros (2005, p.103), “a taxa anual de depreciação é fixada em função do prazo durante o qual se possa esperar utilização econômica de bem pela pessoa jurídica na produção de seus rendimentos.”

Para que se possa ter um entendimento melhor, será mostrado na figura abaixo, de que forma a taxa de depreciação é apresentada.

Figura 5 – Taxa Anual de Depreciação



Fonte: Elaborada pelo Autor

Sendo assim, é desse modo que é criada a taxa de depreciação, ou seja, o custo do bem que representa 100%, dividido pela estimativa de vida útil. Com a taxa anual da depreciação basta realizar sua aplicação. Um exemplo do cálculo seria:

- ✓ Taxa anual de depreciação: 20%
- ✓ Valor da Depreciação no ano: R\$ 105.000,00 x 20% = R\$ 21.000,00
- ✓ Valor da Depreciação mensal: R\$ 21.000,00 / 12 meses = R\$ 1.750,00

### 2.9.2 Métodos de depreciação

Os métodos de depreciação são apresentados como processos que reflita um sistema de cálculos, um padrão de consumo pela organização dos benefícios econômicos. Segundo Azevedo (2010, p.180), “podem se utilizados vários métodos de depreciação para apropriar de forma sistemática o valor depreciável de um ativo ao logo da sua vida útil.”

A organização, no entanto, poderá escolher o método de depreciação que melhor reflita sua realidade e que traga benefícios futuros para a entidade. A seguir serão mostrados três métodos de depreciação que podem ser utilizados pelas empresas tais como linear, decrescente e unidades produzidas.

#### 2.9.2.1 Depreciação pelo método linear (linha reta)

O método linear é conhecido também como método das quotas constantes. A depreciação é calculada aplicando uma taxa de desvalorização constante sobre o bem que perde o mesmo valor anualmente com sua depreciação.



De acordo com Almeida (2010, p, 60), “o método das quotas constantes, mais conhecidos como alocação em linha reta, repousa na premissa de que a eficiência do equipamento é constante durante os anos.”

A depreciação é computada levando em conta a vida útil média do bem, um método simples e de fácil entendimento.

Azevedo (2010, p.180) menciona que “a depreciação pelo método linear (também conhecido como método de linha reta) resulta em uma despesa constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere.”

Esse método é adotado pela maioria das empresas, por ter um tratamento simples. Calcula-se dividindo o valor depreciável pelo tempo de vida útil do bem da empresa.

Pode-se analisar o valor inicial do bem em 100% (0% de desgaste), se a sua vida útil é de 10 anos, a depreciação linear do mesmo é 10% ao ano, ou seja,  $100 / 10$ .

Dois exemplos práticos são mostrados por Almeida (2010), de maneira simples e objetiva:

Um bem com vida útil estimada de 5 anos tem valor contábil de R\$ 40.000,00. Calcular o valor da conta Depreciação Acumulada ao final do terceiro ano.

Quadro 10 – Exemplo 01 - Cálculo da Depreciação pelo Método Linear

DURAÇÃO DA VIDA ÚTIL	CUSTO DO BEM		ANO		DEPRECIÇÃO ANUAL	DEPRECIÇÃO ANUAL ACUMULADA
1º ANO	40.000,00	/	5	=	8.000,00	8.000,00
2º ANO	40.000,00	/	5	=	8.000,00	16.000,00
3º ANO	40.000,00	/	5	=	8.000,00	24.000,00
4º ANO	40.000,00	/	5	=	8.000,00	32.000,00
5º ANO	40.000,00	/	5	=	8.000,00	40.000,00

Fonte: Elaborado pelo Autor

O valor depreciado anualmente é de 8.000 (40.000/5). Logo, ao final do terceiro ano, o valor da Depreciação Acumulada é de 24.000 (3 x 8.000). Esse é um exemplo de cálculo feito somente com o tempo de vida útil do bem, que no caso é de 5 anos. Agora será mostrado de forma em percentuais.

Quadro 11 – Exemplo 02 - Cálculo da Depreciação pelo Método Linear

DURAÇÃO DA VIDA ÚTIL	CUSTO DO BEM		% ANO		DEPRECIÇÃO ANUAL	DEPRECIÇÃO ANUAL ACUMULADA	PERCENTUAL DEPRECIÁVEL
1º ANO	40.000,00	x	20%	=	8.000,00	8.000,00	20%
2º ANO	40.000,00	x	20%	=	8.000,00	16.000,00	40%
3º ANO	40.000,00	x	20%	=	8.000,00	24.000,00	60%
4º ANO	40.000,00	x	20%	=	8.000,00	32.000,00	80%
5º ANO	40.000,00	x	20%	=	8.000,00	40.000,00	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor

Nota-se que se pode resolver o problema calculando-se a taxa de depreciação em percentual. No caso a taxa de depreciação é de 20% ao ano (5 anos correspondente a uma taxa de depreciação de 20% ao ano). Analisando ao final do terceiro ano o bem terá depreciado 60% do valor do bem, ou seja,  $40.000 \times 60\% = 24.000$ .

### 2.9.2.2 Depreciação pelo método decrescente

A depreciação pelo método decrescente é conhecida também como o método da soma dos dígitos. Almeida (2010, p.60) menciona que:

a taxa aplicada sobre o valor a ser depreciado do bem é um número fracionário cujo numerador são os períodos de vida útil restantes no fim do período anterior, e o denominador, o total da soma dos dígitos correspondentes ao número de períodos de vida útil.

A taxa aplicada é calculada pela soma dos dígitos, que são os números de vida útil do bem, ou seja, se um bem tem um prazo de vida útil de 5 anos com um custo de R\$ 6.000,00, inicialmente se somam os algarismos que compõem o número de anos:  $1 + 2 + 3 + 4 + 5 = 15$ , depois se divide o ano pela soma dos algarismos e se multiplica pelo custo do bem, resultando na depreciação anual.

Na sequência será demonstrado o cálculo da depreciação por este método.

Quadro 12 – Cálculo da Depreciação pelo Método Decrescente

DURAÇÃO DA VIDA ÚTIL	ANO		SOMA DOS ALGARISMOS		CUSTO DO BEM		DEPRECIÇÃO ANUAL
1º ANO	5	/	15	x	6.000,00	=	2.000,00
2º ANO	4	/	15	x	6.000,00	=	1.600,00
3º ANO	3	/	15	x	6.000,00	=	1.200,00
4º ANO	2	/	15	x	6.000,00	=	800,00
5º ANO	1	/	15	x	6.000,00	=	400,00
Total	15						6.000,00

Fonte: Elaborado Pelo Autor

Nota-se que por este método decrescente os valores vão diminuindo a cada ano, significando que à medida que os anos passam as despesas do bem, com manutenção, reparos vão aumentando em decorrência do seu desgaste pelo seu tempo de uso. Mas a depreciação vai diminuindo e, com isso, obter-se-á um equilíbrio econômico do bem, visto que dessa forma poderá ser evitado um desembolso maior da empresa futuramente.

### 2.9.2.3 Depreciação pelo método de unidades produzidas

O método das unidades produzidas é um modelo empregado ocasionalmente para o cálculo da depreciação de máquinas de linha de produção. De acordo com Azevedo (2010, p.181) “o método de unidades produzidas resulta em uma despesa baseada no uso ou produção esperado.”

O cálculo é direcionado a uma média de quantas unidades uma máquina é capaz de produzir durante a sua vida útil, com isso, vai depreciando à medida que for produzindo.

A taxa de depreciação pelo método das unidades produzidas é dada pela seguinte fórmula:

Figura 6 – Fórmula da Depreciação pelas Unidades Produzidas

$$\frac{\text{Número de unidades produzidas no período}}{\text{Número de unidades estimadas a serem produzidas durante a vida útil do bem}}$$

Fonte: Elaborado pelo Autor

Pelo número de unidades produzidas no período, dividido pelo número de unidades estimadas totais a serem produzidas durante a vida útil do bem, tem-se a quota de depreciação que será aplicada ao custo do bem, resultando o valor da depreciação do mesmo.

Almeida (2010, p.61) relata que:

o custo do bem é dividido pelo total de unidades estimadas a serem produzidas pelo bem, e a depreciação do período é igual à taxa por unidade multiplicada pelo número de unidades reais fabricadas.

Um exemplo a ser colocado de um bem, com um custo de R\$ 20.000,00, produziu 8 milhões de peças no primeiro ano, 8 milhões no segundo ano, 7 milhões no terceiro, 6 milhões no quarto e 6 milhões no quinto ano. Considera-se então, que durante a vida útil do bem a máquina produzirá 35 milhões de peças e com esses dados se poderá obter o valor da depreciação do bem. Destaca-se abaixo, o cálculo realizado para o método de unidades produzidas.

Quadro 13 – Cálculo da Depreciação pelo Método de Unidades Produzidas

DURAÇÃO DE VIDA ÚTIL	UNIDADES PRODUZIDAS		PRODUÇÃO TOTAL		% DO ANO	←	CUSTO DO BEM		DEPRECIÇÃO ANUAL
1º ANO	8.000.000	/	35.000.000	=	23%	x	20.000,00	=	4.600,00
2º ANO	8.000.000	/	35.000.000	=	23%	x	20.000,00	=	4.600,00
3º ANO	7.000.000	/	35.000.000	=	20%	x	20.000,00	=	4.000,00
4º ANO	6.000.000	/	35.000.000	=	17%	x	20.000,00	=	3.400,00
5º ANO	6.000.000	/	35.000.000	=	17%	x	20.000,00	=	3.400,00
Total	35.000.000				100%				20.000,00

Fonte: Elaborado pelo Autor

Além de unidades produzidas também se podem contabilizar, neste modelo de cálculo, as horas de uso do bem, o método é precisamente o mesmo. Ou seja, o desenvolvimento do cálculo é parecido com o das unidades produzidas, com a diferença de que são as horas de trabalho do equipamento a ser utilizado.

### 2.9.3 Bens depreciables e não depreciables

Nem todos os bens que existem podem ser depreciables. De acordo com o Regulamento do Imposto de Renda RIR/99, art. 305 e 307,

podem ser objeto de depreciação todos os bens físicos sujeitos a desgaste pelo uso, por causas naturais, obsolescência normal, inclusive edifícios e construções, bem como projetos florestais destinados à exploração dos respectivos frutos (para projetos florestais vide PN CST nº 18, de 1979). A partir de 1º/01/1996, somente será admitida, para fins de apuração do lucro real, a despesa de depreciação de bens móveis ou imóveis que estejam intrinsecamente relacionados com a produção ou comercialização de bens e serviços objeto da atividade empresarial.

Desta forma, podem ser depreciados todos os bens os quais estão sujeito a todo e qualquer desgaste físico, no caso de veículos, móveis e utensílios, ferramentas, máquinas e equipamentos, edificações e outros bens destinadas a sua depreciação.

De acordo com Barros (2005, p.99), “podem ser depreciados todos os bens sujeitos a desgaste pelo uso ou por causas naturais ou obsolescência normal, [...]”

Os bens que não estão sujeitos a depreciações são aqueles que não sofrem desgaste pelo uso. Segundo o RIR/99 no art. 307, não podem ser depreciados os:

- a) Terrenos, salvo aos melhoramentos ou construções;
- b) Prédios e construções não alugados nem utilizados na produção dos rendimentos da empresa ou destinados à revenda;
- c) Bens que normalmente aumentam de valor com o tempo, como obras de arte e antiguidade;
- d) Bens para os quais sejam registrados quotas de exaustão (florestas destinadas ao corte e jazidas minerais).

Vale destacar que não podem ser depreciados os bens que tenham um custo de aquisição inferior de R\$ 326,61 e que sua vida útil seja abaixo de 1 ano, ou seja, são valores que no balanço são irrelevantes, conforme destaca a legislação RIR/99.

#### **2.9.4 Depreciação acelerada**

A depreciação acelerada é estabelecida de maneira adicional daquele que é depreciada normalmente com suas taxas de depreciação. Desta forma, Ferreira (2008) diz que a depreciação acelerada contábil é aplicada a bens móveis que são utilizados na organização de maneira diferenciada.

De acordo com a legislação do imposto de renda, Normativo: RIR/1999, art. 312:

no que concerne aos bens móveis, poderão ser adotados, em função do número de horas diárias de operação, os seguintes coeficientes de depreciação acelerada sobre as taxas normalmente utilizáveis:

- a) 1,0 – para um turno de oito horas de operação;
- b) 1,5 – para dois turnos de oito horas de operação; e
- c) 2,0 – para três turnos de oito horas de operação.

Nessas condições, um bem cuja taxa normal de depreciação é de dez por cento ao ano poderá ser depreciado em quinze por cento ao ano se operar dezesseis horas por dia, ou vinte por cento ao ano, se em regime de operação de 24 horas por dia.

A depreciação é realizada tendo como base a vida útil do bem que na maioria das vezes funciona em um período de 8 horas por dia, que são calculados na demonstração de seu desgaste. Já na depreciação acelerada ele é calculado no caso de uma máquina ou um veículo se estiver trabalhando o dobro ou mais de 8 horas por dia, neste caso se aplica a taxa de depreciação acelerada com os coeficientes já mencionados na norma do Imposto de Renda.

Barros (2005, p.105) cita um exemplo de depreciação acelerada:

assim, por exemplo, determinado equipamento sujeito à depreciação pela taxa de 10% ao ano poderá ser depreciado às seguintes taxas majoradas, conforme o caso:

- 15% ao ano ( $10\% \times 1,5$ ), no caso de operação regular por dois turnos de oito horas (16 horas diárias);
- 20% ao ano ( $10\% \times 2,0$ ), no caso de operação regular por três turnos de oito horas (24 horas diárias).

Sendo assim, a determinação do coeficiente de depreciação acelerada é aplicada como no exemplo: um valor a ser depreciado normal de R\$ 30.000,00 a uma taxa de 10%, daria R\$ 3.000,00 e com a colocação do coeficiente da taxa de depreciação acelerada, ficaria o valor de R\$ 3.000,00, multiplicado por 1,5 se fossem dois turnos de 8 horas, que daria R\$ 4.500,00.

Portanto, o valor acrescido no resultado normal é de 50%, no caso de se tratar de dois turnos e se fosse de três turnos o resultado seria de 100% a mais do valor normal.

Logo abaixo, no quadro, será mostrado o cálculo da taxa de depreciação acelerada, cujas aplicações são para dois turnos e para três turnos.

Quadro 14 – Cálculo da Taxa de Depreciação Acelerada

Para dois turnos:	Taxa Normal	X	Coeficiente	Taxa Acelerada
Máquinas:	10%	X	1,5	15%
Ferramentas:	20%	X	1,5	30%
....	...	X	1,5	...
....	...	X	1,5	...
Para três Turnos:				
Máquinas:	10%	X	2,0	20%
....	...	X	2,0	...
....	...	X	2,0	...

Fonte: Marion (2006, p. 213)

Com isso, a contabilização da depreciação acelerada traz no controle daquele bem o poder de ser escriturado de maneira correta e a obtenção de resultados mais precisos para a entidade.

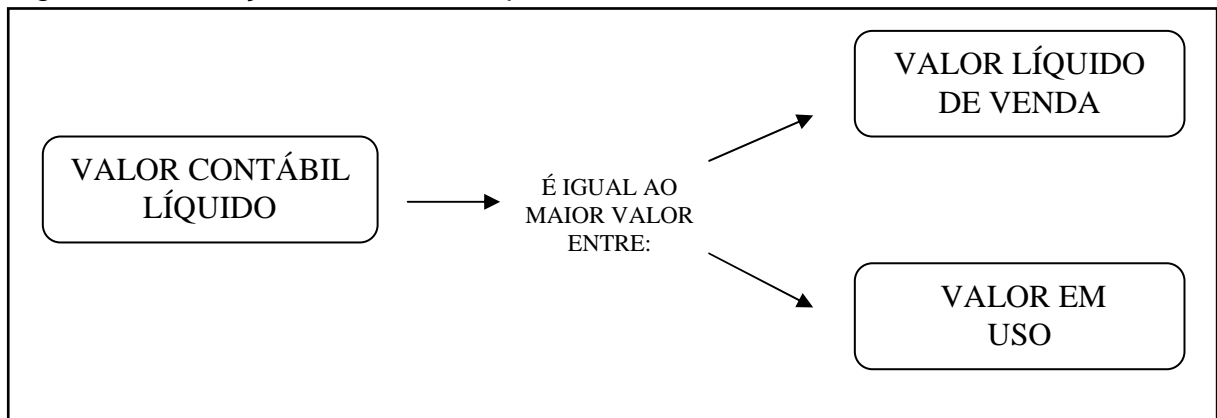
## 2.10 IMPAIRMENT

Conforme as novas normas contábeis previstas pelo IFRS e a lei nº. 11.638/07 que através do comitê de pronunciamentos contábeis CPC 01 que trata da redução do valor recuperável dos ativos (*Impairment*), são definidas os procedimentos a serem aplicados para apurar se a organização tem ativos que estejam contabilizados em valores que possam ser recuperados pela venda do bem ou por uso. Comprovado pela CVM comissão de valores mobiliários por meio da Deliberação nº. 527/07 e pelo CFC conselho federal de contabilidade por meio da Resolução CFC nº. 1.110/07 colocam que:

o objetivo deste Pronunciamento Técnico é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo. Se esse for o caso, o ativo é caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, e o Pronunciamento Técnico requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização. O Pronunciamento Técnico também especifica quando a entidade deve reverter um ajuste para perdas por desvalorização e estabelece as divulgações requeridas.

O referido pronunciamento especifica o objetivo do Teste de Recuperabilidade, em que momento deve ser realizado mostrando sua importância para a gestão das empresas. Destaca-se, a seguir, a definição do valor recuperável.

Figura 7 – Definição do Valor Recuperável



Fonte: Elaborado pelo autor com base no [www.afixcode.com.br](http://www.afixcode.com.br)

O *impairment* trata da Redução ao Valor Recuperável de Ativos, onde serão realizadas, periodicamente, as análises da recuperação dos valores contabilizados no ativo imobilizado. De acordo com Lunelli (PORTAL DE CONTABILIDADE), *impairment* é

uma palavra em inglês que significa, em sua tradução literal, deterioração. Tecnicamente trata-se da redução do valor recuperável de um bem ativo. Na prática, quer dizer que as companhias terão que avaliar, periodicamente, os ativos que geram resultados antes de contabilizá-los no balanço. Cada vez que se verificar que um ativo esteja avaliado por valor não recuperável no futuro, ou seja, toda vez que houver uma projeção de geração de caixa em valor inferior ao montante pelo qual o ativo está registrado, a companhia terá que fazer a baixa contábil da diferença.

Menciona-se que, se houver alguma indicação onde um ativo possa ter sofrido desvalorização, a organização deve estimar o valor recuperável do ativo, a empresa deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. O teste de recuperabilidade evita que um ativo fique registrado a um valor maior que o valor recuperável e se o mesmo está desvalorizado com relação ao valor real.

De acordo com o CPC 01, “a conta para reduzir o valor do ativo ao seu valor recuperável é perdas estimadas por redução ao valor recuperável, similar a depreciação acumulada ou provisão.”

Conforme CPC 01, as indicações de desvalorização de um ativo podem ser realizadas por meio de fatores internos ou externos a entidade.

**fontes externas de informação**

(a) durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu significativamente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;



(b) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;

(c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de um ativo e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo;

(d) o valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;

**fontes internas de informação**

(e) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;

(f) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo ou ocioso, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de ativo como finita ao invés de indefinida;

(g) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Para a contabilidade, o teste de recuperabilidade dos ativos, proporciona a integração das informações contábeis no que diz respeito à recuperação do valor, trazendo a segurança de que os valores estão registrados, no mínimo, pelo valor que possa ser recuperado.

Logo abaixo, no quadro, mostra-se a introdução da nova depreciação e do *impairment* com a nova lei.

Quadro 15 – Introdução da Nova Depreciação e do *Impairment* com a Nova Lei

ANTES	LEI N.º 11.638/07	AGORA (MP N.º 449/08)
Art. 183. (...) § 2º A diminuição de valor dos elementos do ativo imobilizado será registrada periodicamente nas contas de: (...) § 3º Os recursos aplicados no ativo diferido serão amortizados periodicamente, em prazo não superior a 10 (dez) anos, a partir do início da operação normal ou do exercício em que passem a ser usufruídos os benefícios deles decorrentes, devendo ser registrada a perda do capital aplicado quando abandonados os empreendimentos ou atividades a que se destinavam, ou comprovado que essas atividades não poderão produzir resultados suficientes para amortizá-los.	Art. 183. (...) § 2º A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado, intangível e diferido <sup>13.1</sup> será registrada periodicamente nas contas de: (...) § 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido <sup>13.1</sup> , a fim de que sejam: I – registradas as perdas de valor do capital (...); ou II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação <sup>13.2</sup> , exaustão e amortização.	Art. 183. (...) § 2º A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado e intangível será registrada periodicamente nas contas de: (...) § 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação <sup>13.3</sup> dos valores registrados no imobilizado e no intangível <sup>13.3</sup> , a fim de que sejam: (...) (...)

Fonte: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>

- Exclui-se o dispositivo que tratava do extinto Ativo Diferido (MP n.º 449/08);

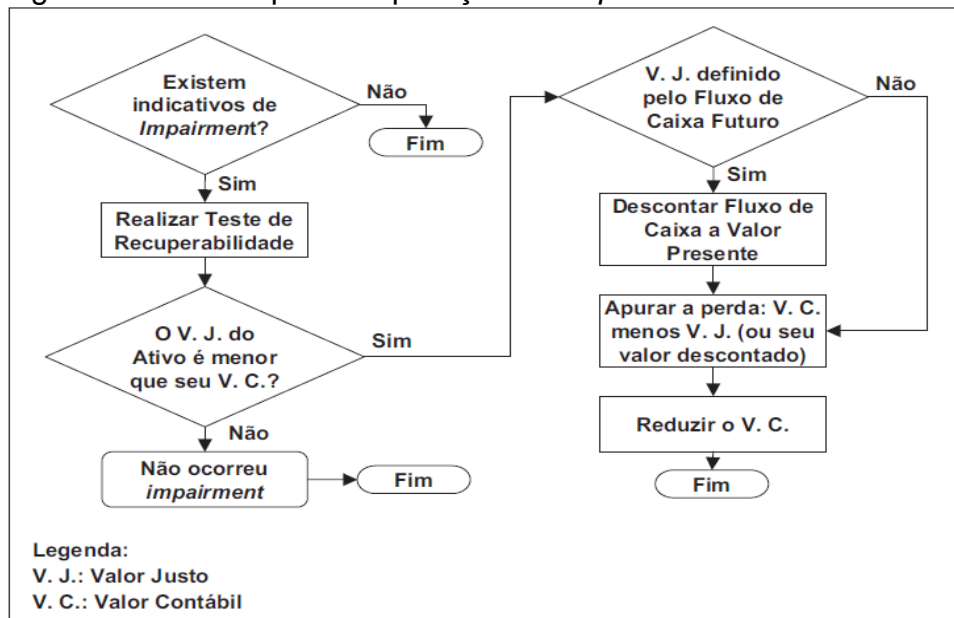
- Determina-se que a Taxa de Depreciação do Imobilizado reflita a realidade econômica, deixando um pouco de lado a Tabela de Depreciação da Receita Federal;
- Determina-se que o Imobilizado e o Intangível serão avaliados periodicamente (Imparidade ou *Impairment*).

As alterações exigem a revisão e o ajuste nos critérios utilizados para estimar a vida útil econômica do ativo. Desta forma, segundo a EQUIPE CPCON,

um exemplo prático é a mudança da lei 11.638/07 e a redução do valor recuperável de ativos, desta forma adequando a situação dos ativos através do teste de *impairment* (teste de recuperabilidade), garantindo a correta avaliação de seu valor contábil perante o valor de mercado. Desta forma é sempre interessante saber o estado atual de seu patrimônio, com laudo de vida útil e inventário físico dos ativos, para agilização dos processos internos e um controle do patrimônio efetivo.

A efetivação do controle do patrimônio na empresa garante para os gestores segurança de todos seus bens. Na execução do teste de *impairment* é de verificar cada etapa para a aplicação deste e na figura, abaixo, será demonstrado.

Figura 8 – Passos para a Aplicação do *Impairment*



Fonte: <http://www.base.unisinos.br>

Dessa forma, procura-se seguir essas etapas que identifica de que maneira deve proceder para a realização do *impairment*.

Logo abaixo, um exemplo de controle de cálculo contábil de teste de recuperabilidade aplicada na organização.

#### Quadro16 – Exemplo de Cálculo Contábil Relativo ao Teste de Recuperabilidade

<b>1 – Cálculo do valor contábil:</b>		
Valor do equipamento	100.000	
(-) Depreciação Acumulada	-40.000	
<b>(=) Valor Contábil</b>	<b>60.000</b>	
<b>2 - Cálculo do preço de venda líquido (valor justo):</b> corresponde ao preço de venda diminuídas das despesas com a venda:		
Preço de venda	62.000	
(-) Despesas com vendas	-13.000	
<b>(=) Valor justo (preço de venda líquido)</b>	<b>49.000</b>	
<b>3 – Cálculo do valor em uso do equipamento</b> (valor que o equipamento produziria em funcionamento):		
Preço de venda unitário	10	
(-) Gastos incorridos na produção	-8	
<b>(=) Lucro unitário</b>	<b>2</b>	
(x) Quantidade produzida	10.000 unidades	
<b>(=) Lucro Anual</b>	<b>20.000</b>	
Considerando os três anos a empresa teria 60.000 de lucro. Como a questão nos dá o custo do capital empregado, consideramos que nesse lucro já está embutido esse custo.		
Nesse ponto, então, devemos levar os 3 valores (20.000 por ano) à data do teste considerando o custo de capital do problema (10% ao ano).		
Aqui usaremos a fórmula de juros compostos:		
$M = C (1 + i)^n$	C = Capital na data atual	
Assim, $C = M / (1 + i)^n$	M = Montante, Capital na data futura (20.000)	
	i = taxa de custo do capital (10% = 0,1)	
	n = período de tempo.	
Desse modo:		
1º ano	$20.000 / (1 + 0,1) = 20.000 / 1,10 =$	18.182
2º ano	$20.000 / (1 + 0,1)^2 = 20.000 / 1,21 =$	16.529
3º ano	$20.000 / (1 + 0,1)^3 = 20.000 / 1,33 =$	15.026
<b>Total valor em uso</b>		<b>49.737</b>
<b>4 – Determinação do valor recuperável:</b>		
O valor recuperável é o maior dentre o valor justo (49.000) e o valor em uso (49.737).		
<b>Assim, o valor recuperável é de 49.737.</b>		
<b>5 – Determinar se há que se fazer provisão</b> (para perdas estimadas):		
A provisão deverá ser feita quando o valor contábil (60.000) é maior que o valor recuperável (49.737). Nesse exemplo foi o que ocorreu.		
Dessa forma o valor da provisão seria: $60.000 - 49.737 = 10.263$		
O lançamento contábil seria:		
D – Perda por Desvalorização (conta de resultado)		
C – Perdas pelo valor não recuperável (retificadora Imobilizado) ..10.263		

Fonte: <http://www.vemconcursos.com>

Calcula-se, portanto, que a determinação do valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa (UGC) é definida, conforme Almeida (2010, p.78), “como o maior entre o valor líquido de venda e o valor em uso”. Determinando, também, se há perdas ou ganhos com o teste de recuperabilidade.

## 2.11 BAIXA DOS BENS DO IMOBILIZADO

Na baixa efetuada do ativo imobilizado é feito sua venda, doação, etc. ou quando esse bem não tem mais valor na sua utilização, não dando mais benefícios para a empresa.

Azevedo (2010, p.184), destaca que:

os ganhos e perdas decorrentes da baixa de um item do ativo imobilizados devem ser apresentados de forma líquida, deduzindo-se seus valores contábeis dos valores recebidos pela alienação e reconhecendo-se as despesas de venda relacionadas (item 71 da Resolução CFC nº 1.177/2009 e item 34 da Resolução CFC nº 1.185/2009).

O controle na baixa do ativo imobilizado deve ser apresentado de modo que mostre seus ganhos ou perdas e reconhece a despesa gerada. Logo abaixo, no quadro, será demonstrado de que forma é feita a contabilização do bem e sua baixa.

Quadro 17 – Contabilização do Ativo Imobilizado e sua Baixa

<b>Pela Compra do Bem:</b>
D. Móveis e Utensílio (ANC) (Imobilizado)
C. Caixa/Bancos Conta Movimento (AC) (Disponibilidades)
<b>Pela Venda do Bem:</b>
D. Caixa/Bancos Conta Movimento (AC) (Disponibilidades)
C. Ganhos ou Perdas de Capital (Resultado)
<b>Pela Baixa do Valor Contábil do Bem:</b>
D. Ganhos ou Perdas de Capital (Resultado)
C. Móveis e Utensílios (ANC) (Imobilizado)
<b>Pela Baixa da Depreciação Acumulada do Bem:</b>
D. Depreciação Acumulada de Móveis e Utensílios (ANC) (Imobilizado)
C. Ganhos ou Perdas de Capital (Resultado)

Fonte: Elaborado pelo Autor

Segundo Almeida (2010, p.58), destaca-se que:

- o valor contábil de um item do ativo imobilizado deve se baixado:
  - por ocasião de sua alienação;
  - quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação.

É essencial que se possa dizer que a baixa é necessária para o registro contábil desse bem, onde será apurado o ganho de capital ou perda e que por sua vez não estará mais sendo utilizado por não estar na empresa.

A seguir é apresentado um exemplo de baixa pela venda do imobilizado onde há um ganho de capital:

Quadro 18 – Lançamento da Baixa do Imobilizado pela Venda

<b>D – CAIXA.....</b>	<b>7.500,00</b>
<b>D – DEPRECIAÇÃO ACUMULADA.....</b>	<b>2.300,00</b>
<b>C – ATIVO IMOBILIZADO.....</b>	<b>7.900,00</b>
<b>C – GANHO DO IMOBILIZADO.....</b>	<b>1.900,00</b>

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com Almeida (2010), as baixas habitualmente são efetuadas perante os ativos que obtiveram 100% de depreciação, ou que não são mais empregados pela entidade por motivos distintos ou obsolescência, ou aqueles que foram vendidos, considerando como outras receitas operacionais, como é o caso do exemplo acima referente à venda do imobilizado.

Conforme o Portal IOB (2012), esclarece que:

- a baixa contábil somente poderá ser efetuada quando o bem for baixado fisicamente, isto é, sair em definitivo do patrimônio da empresa. Enquanto isso não ocorrer, devem permanecer registrados na escrituração o custo de aquisição e a respectiva depreciação acumulada do bem, embora o seu valor contábil (custo corrigido menos depreciação acumulada) seja zero.

Sendo assim, a baixa do bem físico, mesmo sendo totalmente depreciado, só ocorrerá mediante a sua venda, obsolescência ou por outros motivos que o bem venha não ser mais útil para a organização e, por meio de documentos, comprovando a sua baixa, no caso a nota fiscal.

### 3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo, apresenta-se como objeto de estudo a análise de dados realizados em uma rede supermercadista da região sul catarinense.

Em um primeiro momento é demonstrado a empresa desde a sua fundação, características e locais em que ela se encontra.

Na sequência é mostrada a gestão patrimonial da empresa, a situação em que ela se depara decorrente esse controle.

Por fim, apresenta-se a sugestão para a nova gestão patrimonial, trazendo a importância do processo de gestão, o controle do imobilizado até a sua baixa e o balanço patrimonial. Sugestão esta, que apresentada com base numa filial da rede para posteriormente servir como modelo para outras filiais da empresa.

#### 3.1 APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A empresa supermercadista encontra-se em algumas cidades de Santa Catarina, com sete lojas, um Centro de Distribuição e a Matriz. É um comércio varejista de produtos alimentícios em geral.

Sua fundação foi em Criciúma em 1952 onde foi inaugurado o atacado. No ano de 1977 foi inaugurada a primeira loja no varejo, localizada em Imbituba, desde então, está com sete lojas, o Centro de Distribuição e a Administração Central, localizadas em Santa Catarina nas cidades de Imbituba, Criciúma, Urussanga, Garopaba, Orleans, Laguna e Tubarão.

Em 1980 foi inaugurada a loja da cidade de Criciúma, em 1984 foi a vez do município de Urussanga, depois foi a vez de Garopaba em 1996, em 1998 foi inaugurada em Orleans, em 2001 a empresa voltou a inaugurar outra loja no litoral na cidade de Laguna e, por último, o mais recente foi em Tubarão no ano de 2005.

O número de funcionários atualmente é de 602, mas em épocas especiais como finais de ano, o número de colaboradores chega a 700 ou mais porque das sete lojas da rede, quatro são no litoral e em finais de ano as praias ficam bastante movimentadas, desta forma a empresa atende sua demanda.

Atualmente, a administração é comandada por dois sócios, cada um com 50% de suas quotas. A empresa já está implantando um sistema de gestão e continua se atualizando para que possa conduzir sua atividade com dedicação,

disponibilizando seus produtos com qualidade, com preços baixos e oferecendo aos clientes facilidades na forma de pagamento.

A empresa é optante do Lucro Real, destacando a área fiscal, na qual tem papel importante na contabilidade, vindo auxiliar e controlar os tributos nela existentes para que os custos não acabem sendo maiores, uma área também voltada para o fisco que demonstra a forma e maneiras que devem ser elaborado e apurado esses tributos.

A contabilização é centralizada, ou seja, são consolidadas na matriz onde todos os documentos são conferidos por meio de relatórios integrados, analisando e agregando ao sistema da organização.

### 3.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA

A empresa na gestão do patrimônio encontra-se deficiente em seu controle, referente os procedimentos e registros do ativo imobilizado realizado na empresa objeto de estudo. Na entidade não é apresentado um controle dos bens patrimoniais, onde os registros estão desatualizados, mostrando que esta deficiência traz para a organização valores que podem não ser a realidade das demonstrações contábeis no controle do ativo imobilizado.

A organização nos seus investimentos não tem um controle competente desde a realização da compra do bem, entrada, registro, identificação, transferência ou baixa, dos valores que o compõe referente o custo, as depreciações e também no controle físico dos bens, não tendo uma segurança, visto que apresentariam resultados positivos do controle patrimonial se fossem feitos de modo correto.

Os cálculos e ajustes nos bens patrimoniais são controlados pelo saldo das contas de maneira sintética como um todo, onde as entradas são realizadas no financeiro e no final do mês é emitido um relatório do que entrou. Neste caso, mais especificamente, o que entrou de bens do imobilizado, não tendo um controle individualizado conta por conta, na qual apresentaria o registro de cada bem do imobilizado onde definiria o seu custo efetivo e sua vida útil.

Portanto, o controle de entrada do bem na empresa objeto de estudo tem essa carência, por não ter um setor de patrimônio. Com isso, esses registros precisam ser realizados de maneira eficiente e que na aquisição seja avaliado se realmente aquele produto pertence ao ativo imobilizado.

### 3.3 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA EMPRESA

A empresa necessita que seus bens sejam avaliados, que demonstre uma definição dos custos dos bens ao qual relacione todos os gastos para que tenha a base da avaliação e seja mensurado como ativo imobilizado na operação da entidade. Os bens localizados na organização, em sua maioria precisam do controle físico e contábil e os valores correspondentes a eles, tendo um controle gerencial, visto que a contabilidade é de importância e tem seu papel na busca da necessidade do controle para a gestão.

A situação patrimonial da empresa necessita que se mensure seus ativos com as informações e valores de modo correto, determinando um valor justo. A mesma tem mostrado seus ativos imobilizados somente por meio de grupos de contas no balancete. Uma situação que não mostra uma análise segura diante dos dados apresentados.

Na sequência, apresenta-se a maneira que é relacionada os bens de uma das filiais da entidade.

Quadro 19 – Demonstrativo do Imobilizado

<b>IMOBILIZADO OPERACIONAL - FILIAL</b>	<b>D</b>
<b>• EDIFICAÇÕES</b>	<b>D</b>
DEPREC. ACUM. EDIFICAÇÕES (-)	C
<b>• INSTALAÇÕES</b>	<b>D</b>
DEPREC. ACUM. INSTALAÇÕES (-)	C
<b>• MÁQUINAS APARELHOS E EQUIPAMENTOS</b>	<b>D</b>
DEPREC. ACUM. MAQ. APAR. EQUIP.	C
<b>• MÓVEIS E UTENSÍLIO</b>	<b>D</b>
DEPREC. ACUM. MÓVEIS E UTENSÍLIO (-)	C
<b>• VEÍCULOS</b>	<b>D</b>
DEPREC. ACUM. VEÍCULOS (-)	C

Fonte: Elaborado pelo Autor com Base na Empresa Pesquisada



Dessa forma a situação do patrimônio está exposta, não evidenciando tal custo para que seja mensurado de forma confiável para a tomada de decisão.

A empresa não possuindo um controle dos bens patrimoniais apresenta os bens de maneira sintética com valores totalizados sem a determinação do valor contábil, valor residual, valor depreciado e o valor líquido.

A relação dos bens da empresa conforme quadro 19, demonstra através de grupos de contas com as depreciações descontadas, demonstradas por meio de um balancete.

O balanço patrimonial da empresa objeto de estudo apresenta seu ativo imobilizado da seguinte maneira:

Quadro 20 – Ativo Imobilizado da Empresa Objeto de Estudo

<b>IMOBILIZADO</b>
<b>-Operacional Matriz</b>
<b>-Operacional f-01</b>
<b>-Operacional f-05</b>
<b>-Operacional f-07</b>
<b>-Operacional f-10</b>
<b>-Operacional f-11</b>
<b>-Operacional f-12</b>
<b>-Operacional f-13</b>
<b>-Operacional f-14</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor com Base na Empresa Pesquisada

Esta visão dos bens da empresa não mostra uma posição propícia para uma tomada de decisão, para que trouxesse as respostas no gerenciamento do patrimônio, apresentando para a empresa todos os bens.

A entidade não possui essa relação dos bens patrimoniais de maneira adequada, por não ter o controle. Dessa forma, foi feito um levantamento dos bens na qual foi formada a quantidade, a descrição do bem, estabelecendo a identificação e o valor de cada bem.

Para que seja realizada a avaliação do patrimônio da empresa, mostrando sua situação, será apresentada essa relação dos bens de uma das filiais da rede supermercadista.

Quadro 21 – Relação de Bens \_ Filial

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTD.	VALOR CONTÁBIL
<b>COMPUTADORES E PERIFÉRICOS/HARDWARE</b>	<b>25</b>	<b>31.215,30</b>
COMPUTADOR - PDV'S	6	6.780,00
IMPRESSORA FISCAIS EPSON	6	12.745,14
IMPRESSORA ENTIQUETADORA	2	1.800,00
IMPRESSORA MATRIZ	2	889,00
MICROCOMPUTADOR	3	3.351,00
MONITOR 18.5" AOC	3	1.485,12
NOTEBOOK	3	4.165,04
<b>EDIFICAÇÕES</b>	<b>1</b>	<b>95.482,73</b>
EDIFICAÇÕES	1	95.482,73
<b>INSTALAÇÕES</b>	<b>6</b>	<b>8.058,00</b>
CÂMARA INFRAVER	4	6.600,00
CENTRAL DE ALARME	2	1.458,00
<b>MÁQUINAS APARELHOS E EQUIPAMENTOS</b>	<b>47</b>	<b>69.780,98</b>
BALANÇA PLATAFORMA CHAPA	1	374,11
BALANÇA ELETRÔNICA	11	5.236,44
BALCÃO FREEZER P/ FRIOS	3	9.456,45
BATEDEIRA PADARIA	1	4.112,85
BEBEDOURO	2	1.177,82
CARRINHO P/ FORMA DE PÃO	3	1.841,64
ESTUFA P/ FRITAS	1	415,35
FATIADOR DE FRIOS	1	2.465,80
FREEZER	1	1.402,18
FORNO A GÁS INDUSTRIAL	1	963,90
FORNO TURBO P/ PÃO	2	5.348,48
LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	1	452,90
MÁQUINA DE MODELAR PÃO	1	1.895,20
MÁQUINA DIVISOR DE PÃO	1	1.166,41
MÁQUINA CILINDRO	1	3.302,49
MICROONDAS	2	798,00
MÁQUINA PALETEIRA HIDRÁULICA MANUAL	1	899,00
MÁQUINA DE MOER CARNE	2	1.560,30
MÁQUINA AMACIADOR DE CARNE	1	1.432,00
REFRIGERADOR P/ CARNE	2	10.472,00
REFRIGERADOR HORIZONTAL	2	8.397,40
SELADOR EMBALAGEM	1	452,61
SERRA FITA DE MESA	1	4.547,65
VENTILADOR DE PAREDE	4	1.610,00
<b>MÓVEIS E UTENSÍLIOS</b>	<b>86</b>	<b>47.465,87</b>
ARMÁRIO DE AÇO C/ CHAVE	1	589,00
BALCÃO DOS CAIXAS	6	6.957,60
BANCA DO HORTI FRUTI	5	3.110,00
BANCADA DE COZINHA	2	1.020,00
BALCÃO DA PADARIA	4	7.624,00
BALCÃO DE RECEPÇÃO	2	736,50
CARRINHA DE COMPRAS	33	11.946,00
GONDULAS P/ MERCADORIAS	20	7.384,60
MESA EM GRANITO	1	2.027,69
MESA	4	1.874,76
PRATELEIRA P/ BEBIDAS IMPORTADAS	1	902,00
PRATELEIRA P/ PERFUMARIA	1	899,72
PIA	1	371,00
PRATELEIRA PARA CIGARRO	1	555,00
PRATELEIRA P/ PÃES	4	1.468,00
<b>VEÍCULOS</b>	<b>1</b>	<b>26.785,90</b>
VEÍCULO FIORINO FURGÃO 1.3	1	26.785,90
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>166</b>	<b>278.788,78</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor com Base na Empresa Pesquisada

Nota-se que, a empresa detém desses bens que fazem parte do patrimônio da mesma, apresentando a relação por grupo com a quantidade de bens e o valor total da aquisição, relação esta apresentada pelo contador como o seu controle.

Sendo assim, a avaliação patrimonial da empresa se apresenta dessa maneira para o seu controle patrimonial, visto que, o controle dos bens necessita que seja reconhecida como um papel importante nas informações das atividades. Que a empresa siga uma definição e que possa aplicar uma nova gestão patrimonial com controles gerenciais na busca de informações mais precisas.

### 3.4 SUGESTÃO PARA A NOVA GESTÃO PATRIMONIAL

Para que a empresa possa seguir uma definição na sua gestão patrimonial, ela vai ter que se estruturar tanto contabilmente, quanto fisicamente, identificando para cada item do ativo imobilizado a sua aquisição, valor de depreciação e seus custos.

A mesma, com essa estruturação, terá que agrupar todos os bens patrimoniais nos seus devidos setores, analisando isso para não ocorrer perdas futuras de seu patrimônio.

Portanto, pode haver um controle inicial, registrando todo seu imobilizado, organizando tudo que entra e sai, mostrando a vida útil e seu valor atual, adotando esse setor de patrimônio implantando recursos, visto que, conforme o referencial teórico do item 2.9 deste trabalho, essa inclusão oportunizará grandes benefícios para a organização.

A empresa precisa conhecer seus ativos. O valor deve estar atualizado para ter um controle gerencial que mostre de forma transparente os seus registros, tendo ferramentas, informações para a gestão, sendo organizado todo o inventário físico dos bens.

O controle gerencial detém informações, dados que são utilizados na empresa. Com isso, será apresentada, logo abaixo, uma relação de bens por centro de custo de maneira mais ampla de uma filial da empresa.



Procurou-se demonstrar a relação dos bens de modo que trouxesse informações mais precisas para a empresa, onde apresentariam as características do bem com seu valor correspondente e seus cálculos devidos.

A seguir, serão apresentados, de caráter sintético, os bens do ativo imobilizado por centro de custo.

Quadro 23 – Relação Sintética de Bens por Centro de Custo \_ Filial

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTD.	VALOR CONTÁBIL	VIDA ÚTIL	VALOR DEPRECIACÃO ANUAL	VALOR DEPRECIACÃO MÊS	VALOR DEPRECIACÃO TOTAL	VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO
<b>COMPUTADORES E PERIFÉRICOS/HARDWARE</b>	<b>25</b>	<b>31.215,30</b>		<b>6.263,06</b>	<b>520,27</b>	<b>14.021,28</b>	<b>17.194,02</b>
-COMPUTADORES E PER./HAR. DA PADARIA	1	900,00		180,00	15,00	253,34	646,66
-COMPUTADORES E PER./HAR. DO AÇOUGUE	1	900,00		180,00	15,00	253,34	646,66
-COMPUTADORES E PER./HAR. DO DEPÓSITO	3	2.056,54		411,31	34,28	925,88	1.130,66
-COMPUTADORES E PER./HAR. DO ESCRITÓRIO	5	5.777,08		1.155,42	96,29	2.862,95	2.914,13
-COMPUTADORES E PER./HAR. DA LOJA	15	21.581,68		4.316,34	359,70	9.725,77	11.855,91
<b>EDIFICAÇÕES</b>	<b>1</b>	<b>95.482,73</b>		<b>3.819,31</b>	<b>318,28</b>	<b>94.209,63</b>	<b>1.273,10</b>
-EDIFICAÇÕES DA LOJA	1	95.482,73		3.819,31	318,28	94.209,63	1.273,10
<b>INSTALAÇÕES</b>	<b>6</b>	<b>8.058,00</b>		<b>805,80</b>	<b>67,15</b>	<b>1.880,20</b>	<b>6.177,80</b>
-INSTALAÇÕES DA LOJA	6	8.058,00		805,80	67,15	1.880,20	6.177,80
<b>MÁQUINAS APARELHOS E EQUIPAMENTOS</b>	<b>47</b>	<b>69.780,98</b>		<b>6.978,10</b>	<b>581,51</b>	<b>36.836,75</b>	<b>32.944,23</b>
-MÁQU. APAR. EQUIP. DA PADARIA	16	21.249,30		2.124,93	177,07	11.456,56	9.792,75
-MÁQU. APAR. EQUIP. DO AÇOUGUE	18	41.988,62		4.198,87	349,91	22.677,30	19.280,15
-MÁQU. APAR. EQUIP. DO DEPÓSITO	3	2.076,82		207,68	17,31	1.531,82	545,00
-MÁQU. APAR. EQUIP. DA LOJA	10	4.466,24		446,62	37,22	1.171,06	3.295,18
<b>MÓVEIS E UTENSÍLIOS</b>	<b>86</b>	<b>47.465,87</b>		<b>4.746,50</b>	<b>395,54</b>	<b>22.991,95</b>	<b>24.473,92</b>
-MÓVEIS E UTENSÍLIOS DA PADARIA	11	10.580,69		1.058,07	88,17	7.773,36	2.807,33
-MÓVEIS E UTENSÍLIOS DO AÇOUGUE	2	2.496,38		249,55	20,80	103,98	2.391,49
-MÓVEIS E UTENSÍLIOS DO ESCRITÓRIO	2	1.057,69		105,77	8,81	495,64	562,05
-MÓVEIS E UTENSÍLIOS - HORTI FRUTI	6	3.481,00		348,10	29,00	1.285,38	2.195,62
-MÓVEIS E UTENSÍLIOS DA LOJA	65	29.850,11		2.985,01	248,76	13.332,68	16.517,43
<b>VEÍCULOS</b>	<b>1</b>	<b>26.785,90</b>		<b>5.357,18</b>	<b>446,43</b>	<b>14.285,81</b>	<b>12.500,09</b>
-VEÍCULOS	1	26.785,90		5.357,18	446,43	14.285,81	12.500,09
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>166</b>	<b>278.788,78</b>		<b>27.969,94</b>	<b>2.330,83</b>	<b>184.224,71</b>	<b>94.563,16</b>

Fonte: Elaborado Pelo Autor com Base na Empresa Pesquisada

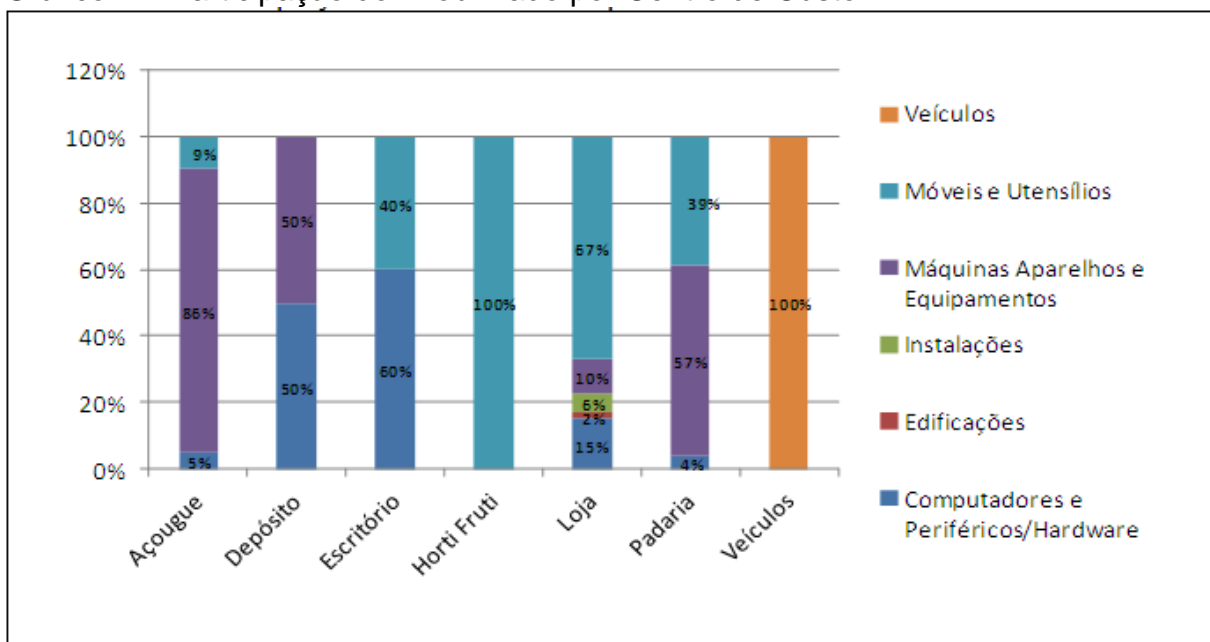
Observa-se que os bens patrimoniais foram relacionados em grupos de contas para facilitar a identificação e o valor contábil bruto. Neste relatório, é apresentada a quantidade de bens do ativo imobilizado, valor contábil, apresentando também a vida útil de cada um deles, chegando à sua depreciação e ao valor contábil líquido, mostrando uma situação de resultado nesse período.

O quadro, acima, mostrou que os bens podem estar bem distribuídos, destinados cada um em seu grupo de contas com suas quantidades existentes na empresa.

Foi feita uma avaliação da situação dos bens da empresa, na qual se mostra para cada setor da empresa, como: horti fruti, loja, escritório, depósito, açougue, padaria e veículos, o quanto é representado para cada centro de custo.

Logo abaixo, apresenta-se o gráfico que evidencia esses dados referentes ao imobilizado.

Gráfico 1 – Participação do Imobilizado por Centro de Custo



Fonte: Elaborado pelo Autor

No gráfico acima, analisa-se o quanto cada grupo de contas representa em cada setor da empresa. No caso do setor de açougue 5% são computadores e periféricos/*hardware*, 86% são bens de máquinas, aparelhos e equipamentos e 9% são referente a móveis e utensílios.

Representa-se que a empresa possa analisar o quanto de bens existem em cada setor para ver se há necessidade de uma avaliação, troca ou se necessita de mais bens no setor e, assim, adquirindo um controle melhor para a gestão.

A organização ao se adequar aos controles e análises das informações do patrimônio, consolida-se com os registros cada vez mais eficientes e precisos.

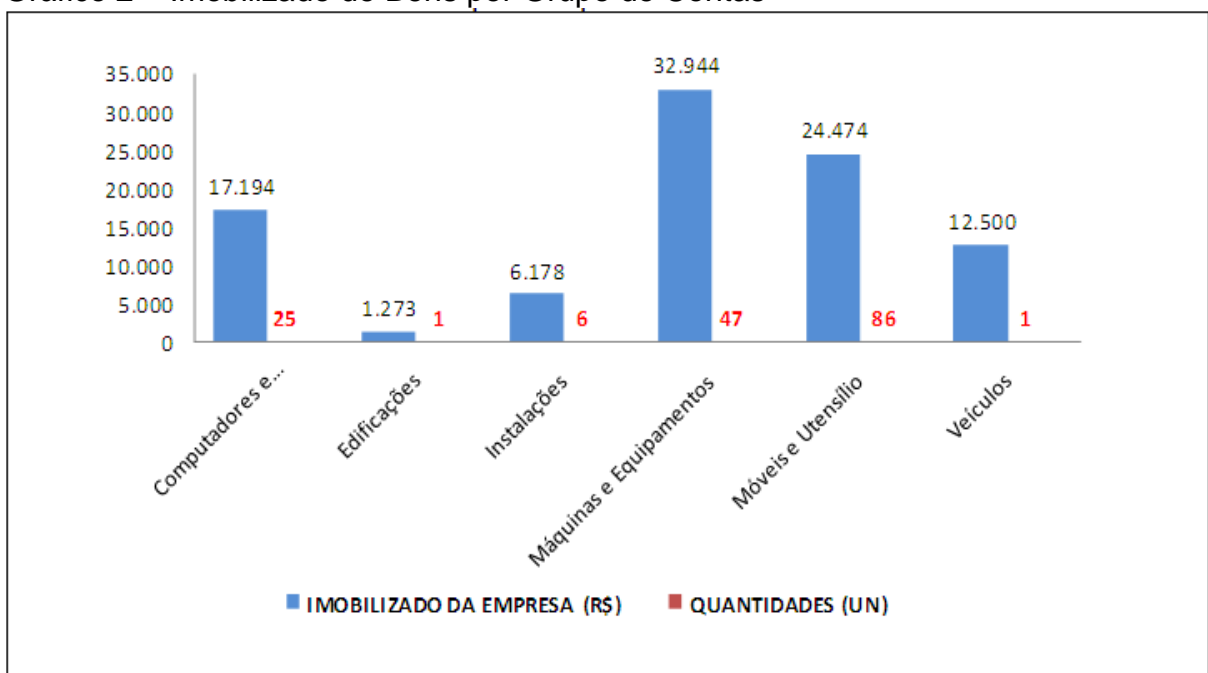
Os bens do ativo imobilizado devem estar relacionados e classificados nas contas para todos os grupos de contas do ativo, para que seja registrado seu

custo de aquisição e seja apresentado o referido bem, mostrando a quantidade de bens que serão depreciados onde serão classificadas como redutora do ativo.

No desempenho dessas necessidades e características fundamentais é que cada empresa deve elaborar seu plano de contas do imobilizado, destinando cada um deles para seu grupo de contas.

A seguir será mostrada a quantidade e o valor correspondente aos bens do ativo imobilizado por grupo de contas.

Gráfico 2 – Imobilizado de Bens por Grupo de Contas

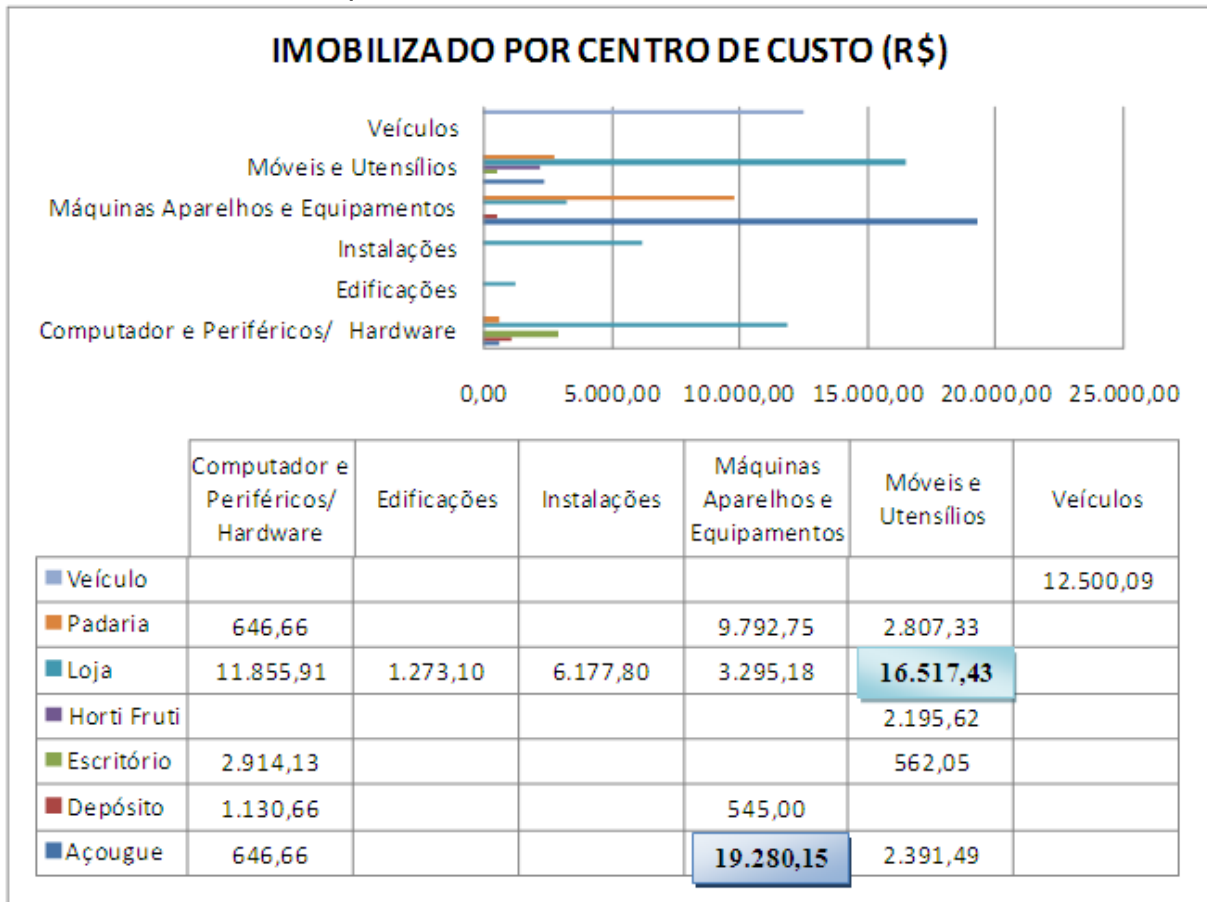


Fonte: Elaborado pelo Autor

No gráfico acima, apresentou-se que a empresa possui 1 bem veículo, 86 bens de móveis e utensílios, 47 bens de máquinas, aparelhos e equipamentos, 6 bens de instalações, 1 bem de edificações e 23 bens de computadores e periféricos/*hardware*. Mostrando a quantidade de bens por grupo de contas e também o valor contábil líquido já com desconto das depreciações.

Na sequência, apresenta-se o imobilizado da empresa ao qual mostra o valor contábil líquido dos bens do ativo imobilizado por centro de custo.

Gráfico 3 – Imobilizado por Centro de Custo



Fonte: Elaborado pelo Autor

São destacados, no gráfico acima, os setores do açougue e da loja, apresentando valores maiores, mostrando o valor que ainda representa para a empresa.

É evidente que essas demonstrações mostram somente um pouco de como ficaria a avaliação da empresa objeto de estudo, no entanto, tem sua importância na evidência, mensuração e identificação dos bens relacionados para os cálculos necessários no resultado e para o controle da gestão.

### 3.4.1 Controle do imobilizado na empresa

Os controles do patrimônio a serem realizados passam a ser executados de maneira que a empresa possa efetuar suas atividades de modo mais eficiente, proporcionando um processo mais rápido e com informações atualizadas, buscando a redução de custos na aplicação do sistema de controle, diminuindo os trabalhos dos colaboradores para o levantamento físico dos bens patrimoniais.



O inventário patrimonial é a primeira tarefa a se fazer para realizar o controle do patrimônio que tem como objetivo agrupar todos os bens da empresa com as informações de cada um deles para que os valores que estejam no inventário tragam segurança com qualidade nos dados apresentados de maneira real.

Devem-se mostrar, na estrutura do inventário, os saldos de todos os bens existentes, as entradas sendo debitados e as saídas sendo creditados, realizando sua movimentação física e apresentando valores que serão conciliados com os registros contábeis que foram agrupados na contabilidade.

De maneira gerencial, pretende-se realizar, em princípio, os levantamentos dos bens patrimoniais para ver se o que está na empresa realmente está na contabilidade, se estão em funcionamento ou não por ocorrência da quebra ou obsolescência, se o bem está registrado no seu grupo devido para ter informações que mostre o seu cadastro corretamente, dando validade dos dados para a tomada de decisão.

O procedimento com controles e análises dos bens verifica se o bem realmente é do ativo imobilizado, se o registro da nota fiscal está de acordo com o fato ocorrido, aderindo a uma padronização nos lançamentos, verificar as depreciações se estão depreciadas de acordo com cada item patrimonial e assegurando o fechamento do balanço patrimonial da empresa, apresentando um balanço gerencial.

A identificação dos bens do ativo imobilizado deve acontecer com as colocações das etiquetas patrimoniais na busca de coletar os dados daquele bem, como se fosse a identidade, padronizando essas etiquetas com código de barras para poder fazer a leitura com os coletores de dados.

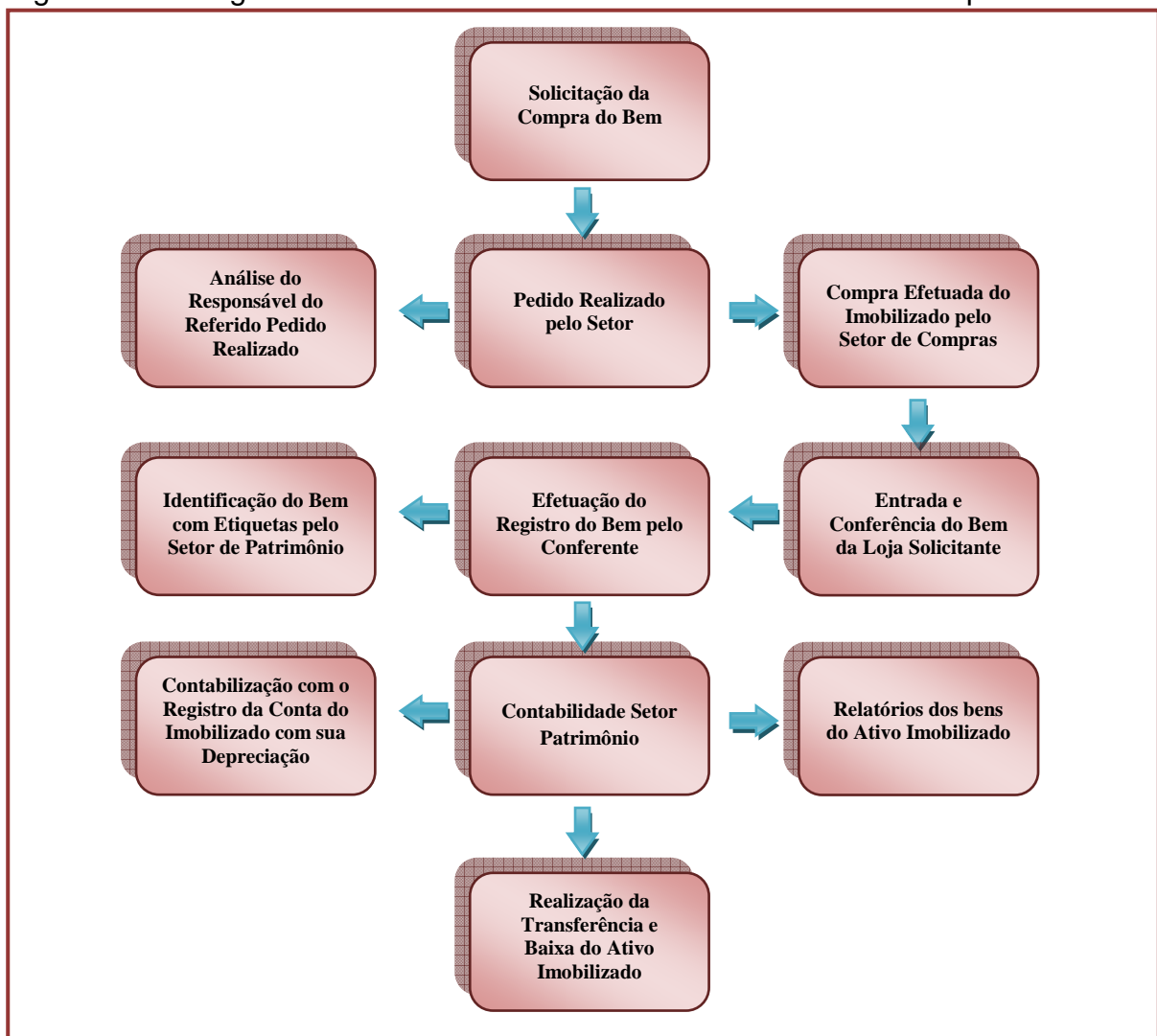
A identificação na emissão de relatórios mostrará a vida do bem, se ele está em plena conservação, analisando as atividades no processo do controle patrimonial.

Sugira-se para a empresa que estabeleça um sistema confiável com critérios de controle dos ativos na diminuição dos custos, facilitando as atividades com informações dos dados a serem realizados com os bens, agrupando as contas patrimoniais por estabelecimentos, para a eficácia do controle e cálculos das depreciações, alocando-os ao centro de custo.

A empresa, executando o controle analítico, com relatórios gerenciais apresentará os bens individualizados com suas informações, onde para a gestão é importante ao qual servirá para as decisões realizadas pelos gestores da empresa.

A entidade, adquirindo o controle dos bens do ativo imobilizado, buscará se adequar com o sistema patrimonial e, sendo assim, apresenta-se um processo de controle do ativo imobilizado que organize toda a movimentação do referido bem na empresa, um fluxograma que evidencia todo o sistema operacional do bem, desde a entrada até a sua baixa.

Figura 9 – Fluxograma do Processo de Controle do Imobilizado na Empresa



Fonte: Elaborado pelo Autor

É importante implantar esse setor de patrimônio aderindo ao controle dos bens da empresa. Vale destacar, conforme o referencial teórico do item 2.7 deste trabalho, que dentre os processos de controle há alguns procedimentos como:

- ✓ **Entrada:** Através da aquisição dos bens do ativo imobilizado, efetuando as conferências e os registros nos lançamentos.
- ✓ **Registro:** Efetuar o registro de acordo com o tipo do bem, para ser alocado de maneira que seja identificado.
- ✓ **Identificação:** Fazer um levantamento de todos os bens da empresa para sua identificação, aderindo as etiquetas de código de barra para ser alimentado ao sistema patrimonial.
- ✓ **Classificação:** Definir em que grupo de conta o bem vai estar, classificando e estabelecendo os nomes a ser colocados a cada um deles de acordo com o seu tipo.
- ✓ **Controles Individuais ou Coletivos:** Fazer um acompanhamento dos bens patrimoniais, tendo esse controle individual ou coletivo, na busca de saber se o bem está fisicamente e se está precisando de melhorias.
- ✓ **Livro Razão:** Como é de obrigatoriedade o livro razão, ele traz toda a movimentação de cada conta em determinado período, sendo assim as contas patrimoniais devem estar registradas no livro razão demonstrando de forma analítica a movimentação do bem.
- ✓ **Balancetes:** Obter balancetes de verificação para que sejam demonstradas as contas com seus saldos, mostrando a situação da empresa em um determinado momento e assim poder ver se os lançamentos foram realizados de maneira correta, ou seja, débito e crédito têm que fechar, obedecendo ao método das partidas dobradas, onde não há débito sem um crédito correspondente.
- ✓ **Cálculos Matemáticos Exigidos por Lei:** Apresentar o método de depreciação a ser calculado e apurá-lo para que seja mensurado o valor do bem e a vida útil, ao qual ele passa por esse desgaste ou

obsolescência. Aplicar no resultado da empresa como uma despesa ou custo. Serão realizadas as depreciações dos bens, determinados e aplicados através de centro de custos, sendo evidenciada a depreciação de cada setor.

- ✓ **Baixas e Transferências:** É aplicada os lançamentos de baixa dos bens caso ele seja totalmente inutilizado por quebra, obsolescência ou através de sua venda e quando houver a transferências dos bens, também será realizada o registro com a baixa e entrada do bem em outra filial da empresa.
  
- ✓ **Balanço Patrimonial:** É de obrigatoriedade, mas acima de tudo, é fundamental para a empresa, onde mostram os bens, direitos, obrigações e seus recursos próprios que para a empresa o balanço patrimonial é importante, pois apresenta a situação patrimonial e financeira para o auxílio da gestão.
  
- ✓ **Guarda de Documentação:** Ter uma organização e a guarda aos documentos auxiliares na contabilidade para que tenha o controle da empresa e possa obter as informações necessárias a ela, seja esse arquivo em modo magnético ou em livros devidamente registros.
  
- ✓ **Inventário Físico:** Realizar o inventário físico do bem para que o mesmo seja identificado, adquirindo suas características no controle do bem do ativo imobilizado, verificando seu estado físico e financeiro e o registro do bem, com isso, poder ser avaliado a depreciação a ele correspondente.

### 3.4.2 Depreciação a ser utilizada na empresa

Conforme o referencial teórico, os bens patrimoniais da empresa devem ser depreciados decorrentes ao seu uso, desgaste, ocorrendo a desvalorização do bem com a perda do valor.

O método de depreciação a ser utilizado na entidade, é o método linear, onde é depreciado constantemente durante o ano estabelecendo sua vida útil do bem. Este método linear ou linha reta é aplicado em cada bem para poder ser apurado o seu valor correspondente que vai diminuindo a cada ano, é uma despesa apurada durante a vida útil do bem.

O custo do ativo imobilizado da empresa se evidencia na sua mensuração, mostrando o valor residual que o bem vale para sua eventual venda. A forma de depreciação da empresa demonstra a vida útil do bem aplicando a taxa de depreciação anual para cada grupo de conta em que o referido bem está classificado, que também se apresenta em depreciações mensais.

É evidenciada a depreciação acumulada do bem como uma conta redutora do ativo, descontando do valor contábil, resultando em seu valor líquido.

Portanto, assim é aplicada na empresa objeto de estudo, que apresentará sua depreciação de forma linear na aplicação de cada bem do ativo imobilizado.

Logo a seguir, é demonstrado o cálculo da depreciação de forma que apresente o método de depreciação, a vida útil do bem, o custo, valor residual, taxa aplicada, a sua depreciação acumulada e o valor contábil aplicado ao mesmo.

Quadro 24 – Forma de Depreciação na Empresa de Forma Sintética

GRUPO DE CONTAS	MÉTODO DE DEPRECIÇÃO	VIDA ÚTIL BEM	TAXA DE DEPRECIÇÃO	CUSTO DO BEM	VALOR RESIDUAL	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	LINEAR	5	20%	31.215,30	7.803,83	10.495,96	20.719,34
EDIFICAÇÕES	LINEAR	25	4%	95.482,73	23.870,68	70.657,22	24.825,51
INSTALAÇÕES	LINEAR	10	10%	8.058,00	2.014,50	1.410,15	6.647,85
MÁQUINAS APARELHOS EQUIPAMENTOS	LINEAR	10	10%	69.780,98	17.445,25	27.627,56	42.153,42
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	LINEAR	10	10%	47.465,87	11.866,47	17.243,31	30.222,56
VEÍCULOS	LINEAR	5	20%	26.785,90	6.696,48	5.357,18	21.428,72
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>278.788,78</b>	<b>69.721,97</b>	<b>132.791,38</b>	<b>145.997,40</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor

Esta forma de depreciação é aplicada para que seja adicionado no resultado da empresa. Será mostrada a seguir a forma de depreciação analítica separado por centro de custo, relacionados pelo método de depreciação, o custo total dos bens, a vida útil de cada bem, taxa de depreciação, o tempo de uso em que o bem foi depreciado, seu valor residual, valor depreciável, a depreciação anual, mensal, acumulada e o valor contábil líquido do ativo imobilizado.

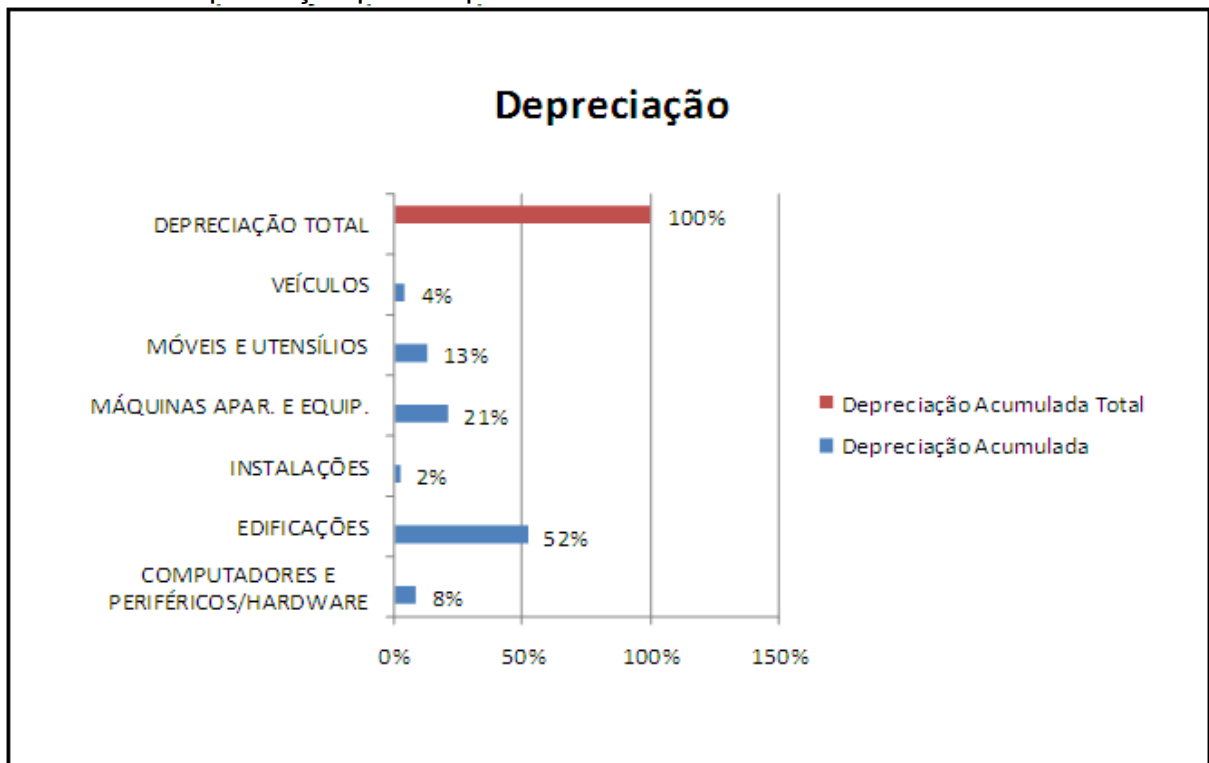


Foi aplicada a forma de depreciação, conforme o quadro acima, trazendo informações gerenciais para a empresa, onde se determinou o valor residual do bem, que representa o valor pelo qual o bem valeria no final de sua vida útil, ou seja, o valor que seria vendido.

Sendo assim, o valor da depreciação a ser determinado foi estabelecido através do custo do bem subtraído pelo valor residual aplicando a taxa e resultando o valor contábil líquido.

A seguir será apresentada a depreciação de cada grupo de contas.

Gráfico 4 – Depreciação por Grupo de Conta

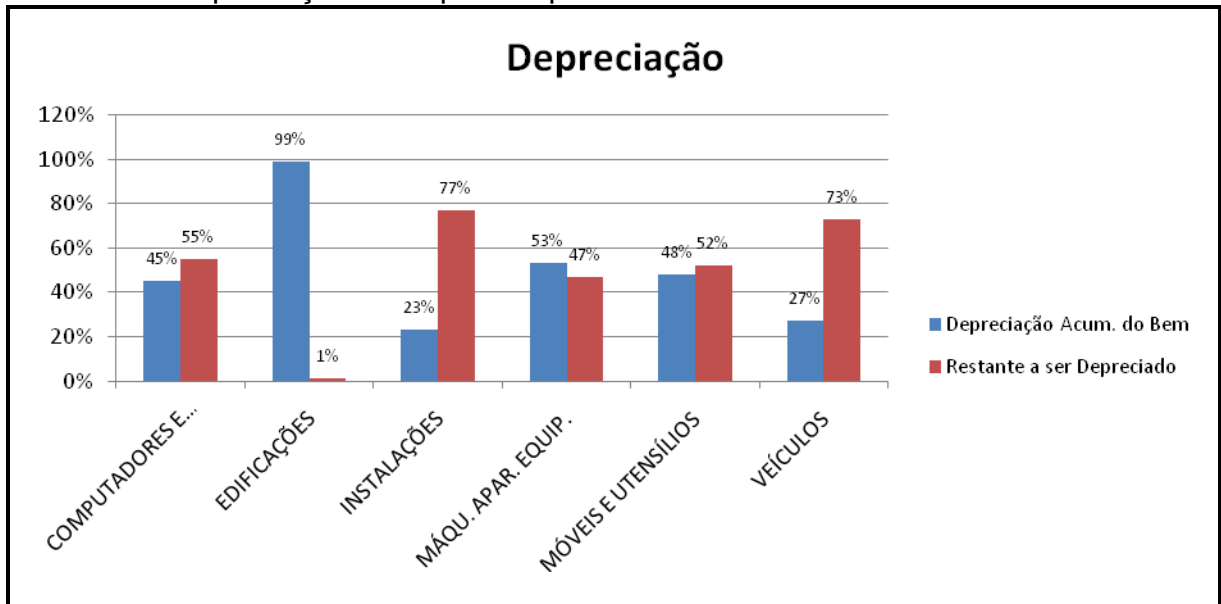


Fonte: Elaborado pelo Autor

Neste gráfico foi apresentado que do total de depreciação da empresa 100%, 4% foi em relação a veículos, 13% para móveis e utensílios, 21% foi referente máquinas, aparelhos e equipamentos, 2% de instalações, 52% foi em relação a edificações e 8% para computadores e periféricos/*hardware*, mostrando o quanto de depreciação para cada grupo de contas dos bens imobilizado.

Na sequência será mostrada a depreciação total do bem até o momento por grupo de contas.

Gráfico 5 – Depreciação Total por Grupo de Conta



Fonte: Elaborado pelo Autor

Este gráfico demonstrou o quanto foi depreciado o bem, e quanto falta para ser depreciado apresentando, assim, a depreciação dos bens com informações mais precisas no decorrer de sua vida útil.

#### 3.4.2.1 Exemplo para o cálculo da depreciação

Tendo como exemplo de cálculo de depreciação o computador que é um bem do ativo imobilizado, apresenta uma taxa de depreciação de 20% ao ano com um custo de aquisição de 6.780,00 e um valor residual aplicado ao bem de 1.491,60.

##### Primeiro Período:

- Cálculo de depreciação do bem imobilizado → Computador PDVs.
- Vida útil determinada pela empresa, cfe. Tabela RFB. → 5 anos
- Valor de aquisição → 6.780,00
- Valor residual = 1.491,60
- Valor Depreciável = Custo de Aquisição – Valor residual
- Valor Depreciável = 6.780,00 – 1.491,60 = 5.288,40
- Taxa anual de depreciação = 20% a.a. (100 / 5)
- Depreciação no primeiro ano = 5.288,40 x 20% = 1.057,68
- Valor contábil = 6.780,00 – 1.057,68 = 5.722,32



**Segundo Período:**

- Valor residual = 1.491,60
- Valor depreciável =  $6.780,00 - 1.491,60 = 5.288,40$
- Taxa de depreciação = 20% (100 / 5)
- Depreciação no segundo ano =  $5.288,40 \times 20\% = 1.057,68$
- Valor contábil =  $5.722,32 - 1.057,68 = 4.664,64$

**Terceiro Período:**

- Valor residual = 1.491,60
- Valor depreciável =  $6.780,00 - 1.491,60 = 5.288,40$
- Taxa de depreciação = 20% (100 / 5)
- Depreciação no terceiro ano =  $5.288,40 \times 20\% = 1.057,68$
- Valor contábil =  $4.664,64 - 1.057,68 = 3.606,96$

**Quarto Período:**

- Valor residual = 1.491,60
- Valor depreciável =  $6.780,00 - 1.491,60 = 5.288,40$
- Taxa de depreciação = 20% (100 / 5)
- Depreciação no quarto ano =  $5.288,40 \times 20\% = 1.057,68$
- Valor contábil =  $3.606,96 - 1.057,68 = 2.549,28$

**Quinto Período:**

- Valor residual = 1.491,60
- Valor depreciável =  $6.780,00 - 1.491,60 = 5.288,40$
- Taxa de depreciação = 20% (100 / 5)
- Depreciação no quarto ano =  $5.288,40 \times 20\% = 1.057,68$
- Valor contábil =  $2.549,28 - 1.057,68 = 1.491,60$  → **Valor Recuperável do Ativo**

A partir do exemplo, conclui-se que o valor residual é aplicado para os cinco anos de vida útil do bem, determinado ao final de sua vida econômica, o bem obtém um valor recuperável no exercício. Portanto, ao encerramento do exercício do 5º ano, realizou-se a depreciação total do bem, onde o valor de 5.288,40 de depreciação descontado do custo de aquisição do bem se determinou o valor residual.

Sendo assim, somarem-se durante os cinco anos de depreciação com os valores de 1.057,68 + 1.057,68 + 1.057,68 + 1.057,68 + 1.057,68 totalizados em 5.288,40.

No quadro abaixo, será apresentado o registro contábil no balanço patrimonial do 5º ano, neste caso ficaria assim:

Quadro 26 – Contabilização do Imobilizado

<b>ATIVO</b>	
<b>CIRCULANTE</b>	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	
<b>IMOBILIZADO</b>	<b><u>1.491,60</u></b>
<b>Máquinas Apar. Equipamentos</b>	<b>6.780,00</b>
<b>(-) Deprec. Acum. Máq. Apar. Equip.</b>	<b>(5.288,40)</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor

Por fim, o valor contábil estará mostrando o valor recuperável do bem do ativo imobilizado. No caso, no quinto período o valor do bem foi 1.491,60 e esse valor será o valor recuperável adicionado como custo.

### 3.4.3 Baixa dos bens na empresa

A baixa dos bens do ativo imobilizado com base nos referenciais teóricos pode ocorrer por vários motivos, tais como na venda, doação, obsolescência, destruição, roubo ou furto. Não tendo o controle adequado de baixa a empresa precisa trazer em seus registros todos os fatores que levam ocorrer a baixa do bem.

Para que se tenha a baixa dos bens, deve haver a solicitação feita por meio de documento que apresente todo o histórico do bem, trazendo suas características, seus valores, apresentando o porquê da efetuação da baixa do bem.

No quadro abaixo, um exemplo de relatório é demonstrado, no qual mostra a execução de baixa de bens que foi realizado com seus devidos procedimentos.

## Quadro 27 – Relatório de Baixa dos Bens – Ativo Imobilizado

### BAIXA DE BENS

GRUPO	CONTA	BEM	DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO	C. CUSTO
EMPRESA DE LOCALIZAÇÃO: DEPARTAMENTO: SETOR: LOCAL FÍSICO:					
27740	11410	1	Caminhão M Benz 710 - 2003 placa MAA - 1330 Recibo de compra	1	2
Documento:	Número/Série/Modelo:	44038	1 1		
	Fornecedor:	85874	TRANSPORTES M.BENZ LTDA		
	CFOP:	5551	VENDA DE BEM DO ATIVO IMOBILIZADO	Tipo	NF
Baixa:	Data da Baixa:	05/07/2011	Vir. Baixa: 66.250,00 Vir. Venda: 68.000,00	Baixa: Venda:	66.250,00 68.000,00
	Histórico:	VALOR REF. VENDA DE CAMINHÃO M. BENZ 710 2003- PLACA MAA 1330, CFE. NF. Nº 44038 DE 05/07/2011.			

Fonte: Elaborado pelo Autor com Base na Sysmo Informática

A realização da baixa é fundamental para o controle que identifica o fato que ocasionou a baixa do bem, estabelecendo informações para a gestão patrimonial da empresa. No quadro acima, é apresentado o lançamento da baixa do bem referente ao ativo imobilizado, demonstrando que tipo de operação ocorreu e, neste caso, foi a baixa do bem pela sua venda, o valor contábil da baixa e o valor da venda efetuado. Dessa forma, o registro na contabilidade decorrente da aquisição de um bem veículo no valor de 75.000,00 com uma depreciação acumulada de 8.750,00 e na baixa pela venda a vista do bem no valor de 68.000,00, ficaria lançado como:

- **Pela Aquisição do Bem**

D – Veículo.....75.000,00  
C – Caixa/BCM.....75.000,00

- **Pelo Reconhecimento da Depreciação no Ano**

D – Despesas com Depreciação..... 8.750,00  
C – Depreciação Acumulada de Veículo..... 8.750,00

- **Pela Venda do Bem**

D – Caixa/Bancos.....68.000,00  
D – Depreciação Acumulada de Veículo.....8.750,00  
C – Veículo.....75.000,00  
C – Ganhos por Alienação do Imobilizado .....1.750,00

Portanto, significa que a empresa na venda desse bem, destinada para outras receitas operacionais, obteve um ganho de capital caracterizado como uma receita para a empresa, onde é apresentado o valor líquido 75.000,00 subtraído pela depreciação acumulada do veículo de 8.750,00 que resulta no valor contábil líquido de 66.250,00, ou seja, o valor da venda de 68.000,00 subtraído por 66.250,00 resulta em um ganho de 1.750,00.

Evidencia-se que a baixa do bem mostrará se a empresa adquiriu esse ganho de capital ou perda e neste caso ocorreu um ganho que será apresentado e registrada na contabilidade, onde ficará evidenciada a informação e será atribuída no resultado da empresa.

Pode ocorrer uma perda com a venda do bem, na qual a empresa vendeu a um valor abaixo do valor contábil líquido. Sendo assim, apresenta-se a seguir os lançamentos contábeis da baixa do bem com perdas, supondo que o bem foi vendido por 65.000,00.

- **Pela Aquisição do Bem**

D – Veículo.....	75.000,00
C – Caixa/BCM.....	75.000,00

- **Pelo Reconhecimento da Depreciação no Ano**

D – Despesas com Depreciação.....	8.750,00
C – Depreciação Acumulada de Veículo.....	8.750,00

- **Pela Venda do Bem**

D – Caixa/Bancos.....	65.000,00
D – Depreciação Acumulada de Veículo.....	8.750,00
D – Perdas por Alienação do Imobilizado.....	1.250,00
C – Veículo.....	75.000,00

Pode-se analisar que a perda ocorreu por ter um valor de venda abaixo do valor contábil líquido que era de 66.250,00 resultando numa perda de 1.250,00.

O Controle da baixa do bem influencia tanto no controle físico como no controle econômico-financeiro da empresa registrando os ganhos ou perdas no resultado.

### 3.4.4 Balanço patrimonial

A empresa, portanto, demonstra seu balanço patrimonial não estando de acordo com as normas internacionais de contabilidade para uso da entidade.

Sendo assim, apresenta-se a seguir o balanço patrimonial da empresa pesquisada.

Quadro 28 – Estrutura do Balanço Patrimonial Modelo Antigo

<b>BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 01.01.2011 a 31.12.2011</b>	
<p><b>A T I V O</b></p> <p><b>CIRCULANTE</b></p> <p><b>DISPONIBILIDADES</b></p> <p><b>CAIXA</b></p> <p><b>BANCOS C/ MOVIMENTO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Banco do Brasil S/A</li> <li>-Banco Bradesco S/A</li> <li>-Banco Safra S/A</li> <li>-Banco Banrisul</li> <li>-Banco Itaú</li> <li>-Sicred</li> </ul> <p><b>APLICAÇÕES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Bradesco S/A - Criciúma</li> </ul> <p><b>REALIZÁVEL A CURTO PRAZO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Cartões de créditos a receber</li> <li>-Cheques pré-datados a receber</li> <li>-Estoque</li> <li>-Outras contas</li> </ul> <p><b>PERMANENTE</b></p> <p><b>INVESTIMENTOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Incentivos Fiscais</li> <li>-Ações</li> <li>-Quotas</li> </ul> <p><b>IMOBILIZADO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Operacional Matriz</li> <li>-Operacional f-01</li> <li>-Operacional f-05</li> <li>-Operacional f-07</li> <li>-Operacional f-10</li> <li>-Operacional f-11</li> <li>-Operacional f-12</li> <li>-Operacional f-13</li> <li>-Operacional f-14</li> </ul> <p><b>TOTAL DO ATIVO</b></p>	<p><b>PASSIVO</b></p> <p><b>CIRCULANTE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Fornecedores</li> <li>-Bancos c/ Bradesco S/A</li> <li>-Obrigações trabalhistas e tributária</li> </ul> <p><b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Capital</li> <li>-Lucros acumulados</li> <li>-Lucros do exercício</li> </ul> <p><b>TOTAL DO PASSIVO</b></p>

Fonte: Empresa Pesquisada

A estrutura de balanço patrimonial da empresa objeto de estudo, conforme o quadro acima, não está de acordo com as normas, onde apresenta informações de maneira sintéticas e de difícil entendimento.

A seguir apresenta-se a estrutura do balanço patrimonial da empresa conforme as normas brasileiras de contabilidade que servirá de maneira gerencial para os gestores.

## Quadro 29 – Balanço Gerencial na Empresa Objeto de Estudo

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 01.01.2011 a 31.12.2011	
<p><b>ATIVO</b></p> <p><b>CIRCULANTE</b></p> <p><b>DISPONIBILIDADES</b></p> <p><b>CAIXA</b></p> <p><b>BANCOS C/ MOVIMENTO</b>  Banco do Brasil S/A  Banco Bradesco S/A  Banco Banrisul  Banco Itaú  Sicred</p> <p><b>APLICAÇÕES</b>  Bradesco S/A - Criciúma</p> <p><b>CRÉDITOS</b>  Cartões de créditos a receber  Cheques pré-datados a receber  Outras contas</p> <p><b>ESTOQUES</b>  Estoque</p> <p><b>NÃO CIRCULANTE</b></p> <p><b>INVESTIMENTOS</b>  Incentivos Fiscais  Ações</p> <p><b>IMOBILIZADO</b></p> <p><b>Computadores e Periféricos</b>  <i>Comp. e Perif./Hard. da Padaria</i>  <i>Comp. e Perif./Hard. do Açougue</i>  <i>Comp. e Perif./Hard. do Depósito</i>  <i>Comp. e Perif./Hard. do Escritório</i>  <i>Comp. e Perif./Hard. da Loja</i>  (-) Depreciação Acum. Comp. Per.</p> <p><b>Edificações</b>  <i>Edificações da Loja</i>  (-) Depreciação Acum. Edificações</p> <p><b>Instalações</b>  <i>Edificações da Loja</i>  (-) Depreciação Acum. Instalações</p> <p><b>Máquinas Apar. Equipamentos</b>  <i>Máqu. Apar. Equip. da Padaria</i>  <i>Máqu. Apar. Equip. do Açougue</i>  <i>Máqu. Apar. Equip. do Depósito</i>  <i>Máqu. Apar. Equip. da Loja</i>  (-) Depreciação Acum. Maq. Apar. Equ.</p> <p><b>Móveis e Utensílios</b>  <i>Móveis e Utensílios da Padaria</i>  <i>Móveis e Utensílios do Açougue</i>  <i>Móveis e Utensílios do Escritório</i>  <i>Móveis e Utensílios do Horti Fruti</i>  <i>Móveis e Utensílios da Loja</i>  (-) Depreciação Acum. Móveis e Utens.</p> <p><b>Veículos</b>  <i>Veículos</i>  (-) Depreciação Acum. Veículos</p> <p><b>INTANGÍVEL</b></p> <p><b>TOTAL DO ATIVO</b></p>	<p><b>PASSIVO</b></p> <p><b>CIRCULANTE</b></p> <p><b>FORNECEDORES</b>  Fornecedores  Bancos c/ Bradesco S/A.</p> <p><b>IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES</b>  Obrigações Trabalhistas de Tributárias</p> <p><b>NÃO CIRCULANTE</b></p> <p><b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>  Capital Social  Reservas de Lucro</p> <p><b>TOTAL DO PASSIVO</b></p>

Fonte: Elaborado pelo Autor Com Base na Empresa Pesquisada

Defini-se que essa estrutura de balanço patrimonial é a mais adequada em termos legais e gerenciais para que a empresa possa ter em mãos, uma ferramenta que venha auxiliar realmente para uma decisão. Observa-se, que para os eventuais controles gerenciais adquiridos pela empresa, necessita-se de uma estrutura que se coloque em cada parte da entidade, apresentando o controle de maneira organizada, buscando informações para a mesma.

Com as mudanças da Lei nº 11.638/2007, não se realiza mais a reavaliação do ativo imobilizado. Sendo assim, com a implantação de controle patrimonial na empresa pesquisada é que, de fato, a mesma vai se estruturando de maneira que as informações gerenciais passem a ser tratadas contabilmente conforme as normas.

Apresentou-se, portanto, a sugestão desses controles patrimoniais apenas de forma gerencial, dessa forma, a partir do momento que vai adquirindo os bens patrimoniais, aplica-se o processo de controle dos bens de maneira gerencial paralelamente com os registros já contabilizados. Sobrepõe-se esse processo desde a sua aquisição até a sua transferência ou baixa.

Com os controles patrimoniais a empresa estará gerenciando seu imobilizado e apresentará o processo do controle desde a aquisição, onde o bem é registrado, lançado no seu patrimônio, adquirindo sua identificação na lista dos bens e sendo estabelecido no seu setor de uso, aplicando os cálculos sobre o bem para o seu controle efetivo, estando ao lado da contabilidade até o momento que o balanço patrimonial da empresa apresentará por inteiro, não somente gerencial, mas, também, fiscalmente e de acordo com as normas. O controle gerencial mostrará as informações de modo transparente como ferramentas necessárias para a entidade.

Sendo assim, analisa-se um processo aplicado à organização de acordo com a estrutura que ela estabelece apresentando uma visão da empresa para a gestão não infringindo as normas contábeis.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização, na área da gestão do ativo imobilizado, mostra uma deficiência no sentido de haver esse controle, problema na demonstração de seus bens que gera custos desnecessários. Dessa forma, foram destacados os procedimentos necessários para gerenciar o ativo imobilizado da organização, tendo um controle do patrimônio, mostrando a contabilização e seus resultados gerenciais perante a aplicação dos mesmos.

No desenvolvimento do trabalho, o objetivo geral foi alcançado na realização dos objetivos específicos, buscando os controles patrimoniais na empresa, gerenciando, organizando e apresentando elementos fundamentais com conhecimentos na área, referenciando teoricamente as informações e os procedimentos necessários para gerenciar o ativo imobilizado na sua conclusão.

Na realização dos objetivos específicos, foi apresentada a empresa, como a mesma está funcionando, para qual finalidade e situação ela se encontra. Neste sentido, apontando os registros e abordando as obrigações legais da empresa para que o problema mencionado possa ser conduzido de forma legal.

Destacou-se a empresa objeto de estudo, sua dificuldade para gerenciar esses controles patrimoniais por não possuir um sistema adequado, o qual demonstre as informações.

Sendo assim, teve como sugestão a implantação do sistema patrimonial para a organização, na busca do controle gerencial dos bens do ativo imobilizados juntos com os registros contábeis, verificando desde a aquisição do bem até a sua transferência ou baixa para o entendimento da situação e da resolução do problema. Tudo sendo evidenciado dentro das normas brasileiras de contabilidade.

Este trabalho limitou-se aplicando o controle dos bens do ativo imobilizado em uma das filiais da empresa pesquisada, onde foi apresentada uma nova gestão evidenciada nesta filial, mostrando como exemplo na aplicação de toda a empresa, na busca desse controle efetivo do patrimônio da entidade.

Dessa forma, os resultados desse trabalho foram alcançados, podendo-se dizer, que o método de gestão aplicado de forma eficiente e eficaz trará, na sua aplicação, mais conhecimento para poder tomar decisões nas diversas áreas da organização, contribuindo melhor na evidenciação dos resultados futuros.



Por fim, apresentou-se a gestão, uma estrutura contábil de controles no patrimônio da empresa, verificando que a contabilidade é uma ferramenta de suma importância na gestão dos negócios, dando uma visão clara e objetiva na resolução dos fatos e na importância dos registros e controles gerenciais e contábeis de seus bens patrimoniais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Manual prático de interpretação contábil da lei societária**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 269 p.

AZEVEDO, Osmar Reis. **Comentário as novas regras contábeis brasileiras**. 5. ed. São Paulo: IOB, 2010. 702 p.

BRAGA, Hugo Roxa. **Demonstrações contábeis: Estruturas, Análise e Interpretação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 221p.

BARROS, Sidney Ferro. **Contabilidade básica**. 2. ed. São Paulo: IOB Thomson, 2005. 269p.

BASE, Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos. **Análise da evidenciação das informações sobre o impairment dos ativos de longa duração de empresas petrolíferas: Etapas da aplicação do *Impairment***. Disponível em: < <http://www.base.unisinos.br/pdf/74.pdf>>. Acesso em 15 de mai. de 2012.

CPC 27, item 61-62. **Método de depreciação**: Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC%2027.pdf>>. Acesso em: 06 de mai. de 2011.

CPC 27, item 57. **Método de depreciação**: Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC%2027.pdf>>. Acesso em: 14 de mai. de 2012.

CPC 01. **Redução ao valor recuperável de ativos**: Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC01R1.pdf>>. Acesso em: 27 de abr. de 2012.

CPCON, Equipe. **Mas o que é o IRFS e quando é necessário**: Cpccon soluções corporativas. Disponível em: <<http://www.cpccon.eng.br/gestao-patrimonial/controle/como-fazer-adequacao-ao-ifrs/>>. Acesso em: 02 de nov. de 2011.

CPCON, Equipe. **O que muda com a adequação do IFRS**: Cpccon soluções corporativas. Disponível em: <<http://www.cpccon.eng.br/gestao-patrimonial/controle/como-fazer-adequacao-ao-ifrs/>>. Acesso em: 02 de nov. de 2011.

CRUZ, June Alisson Westarb; ANDRICH, Emir Guimarães; SCHIER, Carlos Ubiratan da Costa. **Contabilidade introdutória descomplicada**: De acordo com a Lei 11.638, de janeiro de 2008. Aspectos tributários, exercícios integrados, rotinas contábeis com *layout* inovador. 22. ed. Curitiba: Juruá, 2009. 190p.

CVM, Comissão de Valores Mobiliários. **Ativos intangíveis**: Os fundamentos da formulação da norma internacional e os fundamentos jurídico, econômico, fiscal e contábil da Norma Brasileira que influenciam ou, possivelmente, influenciarão a aplicação da Norma. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 23 de abr. de 2012.

CVM, Comissão de Valores Mobiliários. **Redução ao valor recuperável de ativos:** CVM edita deliberação aprovando pronunciamento do comitê de pronunciamento contábeis – CPC sobre a redução ao valor recuperável de ativos. Disponível em: < <http://www.cvm.gov.br/port/infos/deli527press.asp>>. Acesso em: 23 de abr. de 2012.

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade básica:** teoria e questão comentadas: finalmente você vai aprender contabilidade: atualizado de acordo com a Lei 11.638/07. 6. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2008. 720 p.  
IOB, Soluções. **Contabilidade - Ativo Imobilizado - Bens totalmente depreciados - Baixa da escrituração contábil – Impossibilidade.** Disponível em: <<http://www.iob.com.br/noticiadb.asp?area=contabil&noticia=52186>>. Acesso em 01 de mai. de 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços.** 9. ed. rev. e atual São Paulo: Atlas, 2008. 254p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações (aplicáveis às demais sociedades):** Rumo às normas internacionais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LUNELLI, Reinaldo Luiz; Portal de Contabilidade. **Teste de impairment.** Disponível em: < <http://www.portaldecontabilidade.com.br/>>. Acessado em: 26 de abr. de 2012.

MARTINS, Rosilda Baron. . **Metodologia científica:** Como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos. 1. ed. (ano 2004), 5 tir./Curitiba, PR: Juruá, 2004.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria estratégica e operacional:** conceitos, estrutura, aplicação. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 493 p.

PORTAL AFIX GRAF, Soluções Gráficas. **Etiquetas patrimoniais:** Diversas opções de modelos e medidas. Disponível em: <<http://www.afixgraf.com.br/produtos/etiquetas-patrimoniais/>>. Acesso em: 16 de mar. de 2012.

PORTAL CFC, Conselho Federal de Contabilidade. **Normas brasileiras de contabilidade:** Depreciação, amortização e exaustão. Disponível em: [http://www.cfc.org.br/uparq/NBCT16\\_9.pdf](http://www.cfc.org.br/uparq/NBCT16_9.pdf). Acesso em 05 de abr. de 2012.

PORTAL RECEITA FEDERAL. **Depreciação de bens do ativo imobilizado:** arts. 305 a 323 do RIR/99. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2004/pergresp2004/pr469a482.htm>>. Acesso em 05 de abr. de 2012.

RAUEN, Fábio José. **Roteiros de Investigação Científica.** Tubarão: Editora Unisul, 2001.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica**. São Paulo: Saraiva, 2005. 340p.

RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.110/07. **Redução ao valor recuperável de ativos**.

Disponível em:

<[http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaoafc1110\\_2007.htm](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaoafc1110_2007.htm)>. Acesso em: 27 de abr. de 2012.

RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.136/08. **Normas brasileiras de contabilidade:**

Depreciação, amortização e exaustão. Disponível em: <

[http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaoafc1136\\_2008.htm](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaoafc1136_2008.htm)>. Acesso em 14 de mai. de 2012.

SÁ, Antônio Lopes de. **Fundamentos da contabilidade geral**: Com referências relativas à reforma das sociedades por ações – lei 11.638/07. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2008. 316p.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia da pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SMITH, Marinês Santana Justo; SILVA, Karina Pereira; VALENTE, Marcelle Antequera. **A nova lei contábil e seu impacto no ambiente empresarial**: Um estudo de caso na cidade de franca. Disponível em :

<<http://legacy.unifacef.com.br/novo/publicacoes/IIforum/Textos%20IC/Karina,%20Marcelle,%20Marines.pdf>>. Acessado em: 19 de abr. de 2012.

TJPR, Tribunal de Justiça. **Inventário físico de bens patrimoniais**. Disponível em: <<http://tj.pr.gov.br/depatdcp/inventario.htm>>. Acesso em: 16 de mar. de 2012.